LUIZ EDILSON FROTA FILHO

ENSINO DA GRAMÁTICA NORMATIVA: DO CAMINHO CONFLITUOSO ENTRE LINGUISTAS E CONSERVADORES AO PERFIL ACADÊMICO NOS CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Orientadora: Maria Neves Gonçalves

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2014

LUIZ EDILSON FROTA FILHO

ENSINO DA GRAMÁTICA NORMATIVA: DO CAMINHO CONFLITUOSO ENTRE LINGUISTAS E CONSERVADORES AO PERFIL ACADÊMICO NOS CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre, no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – **ULHT.**

Orientadora: Profª. Doutora Maria Neves Gonçalves

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2014

É a língua e não o solo que constitui o meio e o lugar de nosso enraizamento num povo, numa nação, numa pátria.

Fernando Pessoa

DEDICATÓRIA

A nosso Deus Pai pela maior dádiva dada aos seus filhos: Sabedoria.

À minha Família. Fonte inesgotável de inspiração.

À Professora Marisa Pascarelli Agrello, pela sabedoria e paciência que lhe são peculiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus porque em mim tudo depende Dele, pois Ele é meu norte, meu tudo. Desde o início desse projeto, fortaleceu-me graças a Sua infinita Bondade. Obrigado Pai Eterno!

Aos meus pais, notadamente minha mãe, professora Maria do Socorro Souza Frota, pela nobre missão de formar personalidades humanas, bem como meu pai pelo incentivo a realização desse sonho. Muito Obrigado!

À minha esposa, Sheila Regina Silva de Lima e filhos Luiz Edilson, Gabriella e Priscylla por serem uma das razões de fazer com que encontre sentido para a Vida!

A meus irmãos, pelo apoio em todos os momentos, contribuindo à realização de um sonho tão almejado!

À minha avó, que em suas orações, fortalece-me, para que consiga concretizar meus sonhos!

À professora Doutora Maria Neves Leal Gonçalves que desde a disciplina Histórias das Ideias e Instituições Educativas, soube com maestria incentivar seus discípulos nos momentos de desânimo. As palavras que energizaram a mim foram preponderantes. Agradeço-lhe por partilhar de sua sapiência! Agradeço, ainda, sua disponibilidade e valorosa contribuição durante a qualificação do Projeto de Pesquisa. Obrigado, minha sempre "Mestra"!

Aos amigos que durante o Curso compartilharam comigo momentos difíceis, em que a reciprocidade fraternal foi fundamental para que conseguíssemos vencer as dificuldades e o cansaço!

Aos meus colegas professores que, cotidianamente, em nosso ambiente de trabalho, abrem discussões acerca dos fenômenos da Língua, propiciando a todos que participam desses momentos, um enriquecimento acerca da funcionalidade linguística.

A todos os profissionais envolvidos no magistério, que enriquecem nossa Língua materna com seus trabalhos que contribuem para os demais profissionais que desejam conhecer melhor os fenômenos linguísticos.

A todos os professores, meus eternos Mestres, que durante todo o Curso desempenharam, com sabedoria, a missão de conduzir as disciplinas com uma qualidade inigualável.

Ao professor Mestre Luiz Antônio Vieira (*in memoriam*), pelos momentos em que dialogávamos a respeito das nuances proporcionadas pela nossa Língua Portuguesa.

RESUMO

No que concerne ao conflito entre linguistas e conservadores à *l*uz dos teóricos Bech*a*ra (1985), Bagno (2004), Martinet (1978), Rangel (2002), Rocha (2002) dentre outros, a Língua Portuguesa tem sido utilizada de forma indiscriminada pelo uso indevido através de seus falantes. As discussões sobre o ensino da Gramática Normativa e a enfática lamúria de profissionais, que lecionam em cursos superiores, foram o incentivo para a realização desta pesquisa. É intenção que todos os resultados obtidos possam ser*v*ir como instrumento pedagógico aos estudiosos que, de forma meticulosa, buscam novos modelos que sejam úteis a preencher lacunas visíveis, quanto ao processo de ensino da língua materna no ensino fundamental e médio. Essa ausência de conhecimento básico da gramática normativa tem-se intensificado há algumas décadas, e, esse sintoma diagnosticado nos cursos superiores, em especial, na área de Linguagens e Códigos, torna-se notório, quando jovens necessitam da modalidade, principalmente escrita, para elaborarem trabalhos acadêmicos. Para identificar o nível intelectual quanto ao conhecimento dessa gramática, foram submetidos à pesquisa, de base quantitativa, acadêmicos pertencentes a Cursos Superiores de Língua Portuguesa/Letras. O conteúdo utilizado na elaboração do material aplicado seguiu os padrões dos Parâmetros Curriculares Nacionais em nível de ensino fundamental. A partir dos resultados obtidos neste trabalho, é nosso ensejo que novas perspectivas e abordagens possam contribuir para as reflexões acerca do caminho conflituoso percorrido entre os dois modelos teóricos: conceptivo tradicional e conceptivo discursivo-interacionista.

Palavras-chave: linguística; gramática normativa; modelo conceptivo tradicional; modelo conceptivo discursivo-interacionista.

ABSTRACT

Regarding the conflict between linguists and conservatives in the light of theoretical Bechara (1985), Bagno (2004), Martinet (1978), Rangel (2002), Rocha (2002) and others, the Portuguese Language has been used indiscriminately by misuse through its speakers. Discussions on the teaching of Grammar Rules and the emphatic wail of professionals who teach in upper courses, were encouraging for the realization of this survey. It is the intention that all results obtained may serve as a pedagogical tool to scholars who, meticulously, seek new models that are useful to fill gaps visible, on the procedure for the acquisition of the native language in primary and secondary education. This lack of basic knowledge of grammar rules have intensified a few decades ago, and this symptom diagnosed in upper courses, in particular, in the area of languages and codes, becomes notorious, when young people need, especially writing, to develop academic papers. To identify the intellectual level as to the knowledge of that grammar, were submitted to quantitative-based research, academics belonging to Portuguese Language Courses/Letters. The content used in the preparation of the material applied followed the standards of national curriculum Parameters on elementary level. From the results obtained in this work, is our opportunity to new perspectives and approaches can contribute to reflections on the confrontational path taken between the two theoretical models: traditional conceptional and conceptional discursive-interactional.

Key words: academic, College, normative grammar, Linguistics, traditional model.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CSLP.....CURSO SUPERIOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

CVL.....CÍRCULO VICIOSO DA LÍNGUA

EJA.....EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ENEM.....EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

FUNDEB.....FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

GI.....GRAMÁTICA INTERNA

GN.....GRAMÁTICA NORMATIVA

IBGE.....INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INEP.....INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

MEC.....MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

O1SA.....ORAÇÃO 1 DA SINTAXE – ITEM A

O2SB.....ORAÇÃO 2 DA SINTAXE – ITEM B

O3SC.....ORAÇÃO 3 DA SINTAXE – ITEM C

PCN's.....PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

PP……...PORTUGUÊS PADRÃO

PNP…….……..PORTUGUÊS NÃO PADRÃO

T1D……..TERMO 1 DO DITADO

T2D……..TERMO 2 DO DITADO

T3D……..TERMO 3 DO DITADO

T4D……..TERMO 4 DO DITADO

T5D……..TERMO 5 DO DITADO

T6D……..TERMO 6 DO DITADO

T1FA.....TERMO 1 DA FONÉTICA - ITEM A

T2FB.....TERMO 2 DA FONÉTICA - ITEM B

T3FC.....TERMO 3 DA FONÉTICA - ITEM C

T4FC.....TERMO 4 DA FONÉTICA - ITEM C

T5FC.....TERMO 5 DA FONÉTICA - ITEM C

T6FC.....TERMO 6 DA FONÉTICA - ITEM C

T1M.....TERMO 1 DA MORFOLOGIA

UFC.....UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

VI.....VERBO INTRANSITIVO

VL.....VERBO DE LIGAÇÃO

VOLP.....VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

VTD.....VERBO TRANSITIVO DIRETO

VTI.....VERBO TRANSITIVO INDIRETO

ÍNDICE

RESUMO.....7

ABSTRACT.....8

INTRODUÇÃO 16

CAPÍTULO I – DA CONTEXTUALIZAÇÃO AO OBJETIVO DO ESTUDO.....21

1.1 O objeto de estudo e sua relevância.....22

CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA.....25

2.1 O Processo de Construção da Escrita 26

2.2 Língua Portuguesa: de sua origem a sua expansão 27

2.3 O Latim na diversidade cultural.....28

2.3.1 Língua Portuguesa: uma questão de bom senso.....28

2.3.2 Falar e Escrever: uma questão de ambiente.....35

2.4 Gramática: duas visões, um Idioma 42

2.4.1 A Gramática Normativa e sua funcionalidade 42

2.4.2 A Linguística e sua funcionalidade 45

CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA 53

3.1 Tipo de Pesquisa.....54

3.2 Natureza da Pesquisa..... 54

3.3 Instrumentos para a Pesquisa..... 55

3.3.1 Conteúdo da GN utilizado para a pesquisa 55

3.4 Sujeitos da Pesquisa.....61

3.5 Procedimentos para Coleta de Dados.....64

3.6 Procedimentos para Análise de Dados.....65

3.6.1 Relevância da análise de dados através de gráficos 65

3.7 Cenário do Estudo.....66

CAPÍTULO IV – RESULTADOS DA PESQUISA.....71

4.1 Análise e discussão dos resultados da Pesquisa.....72

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....94

REFERÊNCIAS.....99

APÊNDICES 103

Apêndice I – Autorização para pesquisa.....104

Apêndice II – Termo de Consentimento.....105

Apêndice III – Questionário para análise.....106

ANEXO.....108

Anexo 1 – Declaração Revisão Gramatical.....109

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1, 2, 3 e 4 – Rotacismo.....31

Quadro 5 – Redução de sílabas.....32

Quadro 6 – M nasalizador e sua ausência.....33

Quadro 7 – Ideia prefixal I.....33

Quadro 8 – Ideia Prefixal II.....34

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 – Zona laboral do acadêmico.....62

Gráfico 2 – Faixa etária da população acadêmica.....63

Gráfico 3 – Acadêmicos que atuam no magistério.....64

Gráfico 4 – Importância da Gramática Normativa.....72

Gráfico 5 – Identificação do acento grave.....74

Gráfico 6 – Identificação do apóstrofo.....75

Gráfico 7 – Justificativa acento gráfico – T1FC.....76

Gráfico 8 – Justificativa acento gráfico – T2FC 78

Gráfico 9 – Justificativa acento gráfico – T3FC.....79

Gráfico 10 –Justificativa acento gráfico– T4FC.....80

Gráfico 11 – Conjugação verbal – T1M.....81

Gráfico 12 – Identificação de transitividade verbal – O1SA.....82

Gráfico 13 – Identificação de transitividade verbal – O2SB.....83

Gráfico 14 – Identificação de transitividade verbal – O3SC.....84

Gráfico 15 – Treino ortográfico – T1D.....88

Gráfico 16 – Treino ortográfico – T2D.....89

Gráfico 17 - Treino ortográfico – T3D.....90

Gráfico 18 – Treino ortográfico – T4D.....91

Gráfico 19 – Treino ortográfico – T5D.....92

Gráfico 20 – Treino ortográfico – T6D.....93

ÍNDICE DOS MAPAS

Mapa 1 – Localização da cidade-campo 1 da pesquisa – Bela Cruz.....68

Mapa 2 – Localização da cidade-campo 2 da pesquisa – Itarema.....69

Mapa 3 – Localização da cidade-campo 3 da pesquisa – Miraíma.....70

INTRODUÇÃO

O Ensino do Português nas escolas é composto por diversas atividades que auxiliam, ou pelo menos deviam auxiliar um falante ao bom uso de sua Língua Materna. É unânime que exercícios de interpretação de textos, produção textual e leitura são essenciais em sala de aula. Entretanto, há uma atividade que tem ocasionado divergências quanto ao seu uso em escolas: a Gramática Tradicional. Essa divisão quanto ao ensino normativo da língua tem deixado lacunas em relação à forma de ministrar aulas de Português.

Esse divisor linguístico que antagoniza a questão do uso da gramática tem impulsionado trabalhos acadêmicos que levam os estudiosos à reflexão quanto à melhor forma de ensino da língua. Conservadores que defendem a GN (Gramática Normativa), são inflexíveis quanto à necessidade de que só aprende um idioma quando há um respeito a suas normas e regras. Numa linha tradicional, em defesa da norma culta, Bechara enaltece o seu uso ao dizer que,

> "O professor de língua portuguesa, sem desprestigiar o valor da língua coloquial – erro, aliás, da antiga geração de mestres – deve centrar sua atenção no padrão culto, que presidirá à produção linguística do educando, falando ou escrevendo." (Bechara, 1985, p. 59)

Corroborando com a ideia de Bechara, Rocha (2007) reconhece a importância da GN, contudo, sustenta que as aulas de Português sejam divididas em duas disciplinas que possam contemplar esses dois modelos de língua:

> "Pelo fato de termos duas modalidades básicas de língua, uma, conservadora, oficial, bem-comportada, denotativa, obediente às regras tradicionais da gramática – ou seja, a língua padrão -, e outra, ousada, libertária, inovadora, criativa, conotativa, poética, livre para desrespeitar a gramática – ou seja, a língua literária -, estamos propondo que as aulas de Português da escola fundamental sejam divididas em duas disciplinas distintas: Português e Prática Literária." (Rocha, 2007, p. 53)

Há também alguns linguistas que defendem uma GI (Gramática Interna), adquirida durante toda a vida. Nesta visão, Bagno (2000) afirma,

> "A gramática tradicional tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado. Mas não é assim. A língua é viva, dinâmica, está em constante movimento — toda língua viva é uma língua em decomposição e em recomposição, em permanente transformação. É uma fênix que de tempos em

> tempos renasce das próprias cinzas. É uma roseira que, quanto mais a gente vai podando, flores mais bonitas vai dando." (Bagno, 2000, p. 107)

Este caminho discursivo-interacionista, que valoriza a GI de um falante, objeto da Linguística, adquirida no decorrer de sua vida, também tem sido alvo de crítica pelos conservadores, pois nesse processo de aquisição do idioma, por influências regionais, vários fatores devem ser analisados. Como exemplo, a ser exposto, é a questão do ambiente que deve ser visto como agente que contribui à formação linguística do indivíduo. Bagno, ainda, explicita sua visão acerca da GN dizendo, " Os compêndios gramaticais se transformaram em livros sagrados, cujos dogmas e cânones têm de ser obedecidos à risca para não se cometer nenhuma 'heresia'." (Bagno, 2000, p.64)

Diante desse imbróglio linguístico, percebe-se, de um lado, a GN a receber críticas pela forma imperiosa de impor seus conceitos, suas definições, pois o seu estudo é pautado numa estrutura rígida. Essas aulas ministradas pelos professores de Português são tidas, segundo os linguistas, como cansativas e rotineiras, um verdadeiro "tanque de guerra" que bombardeia jovens com regras, conceitos e exceções.

Com efeito, um indivíduo nasce e cresce sob a influência marcante de uma comunidade com a qual pertence, sendo absorvida por ele uma cultura local, logo marcas idiomáticas serão internalizadas. Em um país, como o Brasil, com uma área territorial extensa, onde há uma diversidade de culturas, é possível haver uma incompreensão comunicativa parcial, ou mesmo total, entre falantes de uma mesma língua, devido à influência dessas marcas regionais.

É importante, ainda, salientar que, dentre as inúmeras atividades de atuação do profissional com formação em Magistério, a atividade mais importante é a de ensinar. O professor, em específico, com Formação em Letras – Língua Portuguesa, deverá estar capacitado a lecionar a sua Língua Materna com competência. Assim, o Ensino da Gramática Normativa deverá ser o instrumento, auxiliado por outros, em suas aulas, pois, o licenciado é um profissional que deveria evidenciar domínio do conhecimento e do uso da Língua Portuguesa, já que sua formação habilita-o a atuar como docente, pelo menos, na Educação Básica.

Este conhecimento normativo da língua deve ser adquirido pelo estudante, ainda na Educação Fundamental. Logo, o ingresso no Ensino Superior, nos Cursos de Língua Portuguesa, deve saber que é condição "*sine quo non"* que ele, o acadêmico, tenha a competência conteudística de gramática durante sua passagem pelo Ensino Básico. Quanto a este saber prévio, a Universidade Federal do Ceará – UFC é incisiva quando presta esclarecimentos, sobre a GN aos futuros acadêmicos no Curso de Letras: "quem for estudar Letras, deve ficar sabendo: o conteúdo visto na universidade será, obviamente, bem mais aprofundado que o visto no ensino médio. Portanto, se você quer entrar no Curso achando que vai aprender a gramática que não aprendeu na escola, está enganado" (Revista das Profissões – ago/2011, p.114).

Logo, numa perspectiva divergente à valorização da Gramática Normativa, impulsionada pela ascensão da Linguística na década de oitenta, no Brasil, muitas questões emergiram acerca do Ensino de Gramática.

E, com esses conflitos que permeiam o campo da Língua Portuguesa entre o moderno e o tradicional, há preocupações quanto à qualidade do ensino, principalmente nas séries do Ensino Fundamental e Médio, pois o aprendizado nesse período será importante para o futuro profissional, principalmente, na área de Letras.

Diante do exposto, nessa questão linguística, em um cenário onde Modernos e Conservadores travam uma discussão sobre a importância ou não da Gramática Normativa, é que busquei optar pelo estudo analítico desse conflito, pautado em uma pesquisa de campo para mensurar o perfil dos acadêmicos nos Cursos Superiores de Língua Portuguesa, no que concerne ao aprendizado dessa gramática, enquanto estudantes na Educação Básica.

Assim, para alcançar os objetivos propostos, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, distribuídos na seguinte ordem: I – Contextualização e objetivos do estudo; II – Revisão de Literatura; III – Percurso Metodológico e IV – Resultados da Pesquisa.

No primeiro capítulo, trabalhou-se a questão da Gramática Normativa vista conceitualmente de várias formas, a partir de teóricos que se posicionam quanto à sua importância na Língua. No segundo capítulo, por compreender a existência de modelos

que divergem quanto à importância dessa gramática ao ensino da língua, a pesquisa fora de encontro a estudiosos que têm uma visão conflituosa, acerca de uma realidade linguística, constituída através de uma língua escrita, em que de um lado, vislumbra-se a espontaneidade e, de outro, a rigidez traduzida por regras. Já no terceiro capítulo, há uma exposição quanto à abordagem utilizada para a realização deste trabalho, que caracterizado e suportado na quantificação, era necessário conhecer o universo em que estava inserido o sujeito da pesquisa, quanto ao conhecimento básico da GN. Por fim, no quarto capítulo, tendo feita a coleta e análise de dados, registaram-se os resultados obtidos, a partir de gráficos que pudessem oferecer uma leitura clara e objetiva do perfil acadêmico quanto ao saber básico da gramática.

Reconheço a tarefa árdua de ter trabalhado com uma questão tão discutida que é o uso da Gramática Normativa em sala de aula, uma vez que este tem sido tema de diversos trabalhos. Acredito, entretanto, ser relevante, ao propor um estudo que, através de instrumentos de pesquisa eu vou utilizar, seja possível elucidar e conhecer o perfil dos acadêmicos quanto ao saber da GN, nos Cursos Superiores de Língua Portuguesa.

Todo o material, selecionado à elaboração do questionário, está de acordo com os conteúdos ministrados no Ensino Fundamental e Médio, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais. Vale salientar que, não ultrapassei os propósitos aqui expostos. Assim, a razão de minha escolha temática – "Ensino da Gramática Normativa: do caminho conflituoso entre linguistas e conservadores ao perfil acadêmico nos Cursos de Língua Portuguesa", sob a Linha de Pesquisa: "Construção e diversidade de saberes: cultura e desenvolvimento pessoal - Literacias/Letramento" deve-se à ótica de propor uma reflexão acerca dessa questão dicotômica em que a Língua e seus falantes são vítimas.

Direcionado aos que prezam o Idioma, um organismo vivo que se transforma ao longo do tempo, o presente trabalho foi alvo de uma acuidade reflexiva, para que os resultados obtidos ao final, pudessem contribuir à Língua Portuguesa, não isentando de conflitos linguísticos, mecanismos capazes de não somente amenizar essas divergências, mas também proporcionar uma reflexão quanto ao ensino da GN em sala de aula.

Assim, visto a importância deste assunto, e, sendo um profissional em atividade no magistério há anos, como professor na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, que busca compreender melhor o processo ensino-aprendizagem, em especial ao uso da Gramática Normativa, surgiu o interesse de realizar uma investigação acerca da bagagem conteudística dos acadêmicos nos Cursos de Letras, no que concerne em específico, ao aprendizado desse manual normativo em sua formação básica.

Utilizou-se um questionário elaborado conforme conteúdos dos PCN's na área de Linguagens e Códigos, que foi aplicado em cidades, em um total de três – Bela Cruz, Itarema e Miraíma – pertencentes à região Norte do estado do Ceará. E, em seguida, após a coleta de dados, foi feita uma análise exploratória –, em que meios como tabelas e gráficos foram utilizados como forma instrumental de apresentar valores e performances dos sujeitos envolvidos.

Diante da tarefa de poder concretizar este trabalho acadêmico, a Dissertação, foi necessário em todo o percurso valer-se de uma vasta pesquisa bibliográfica que, extraída através da leitura de livros, revistas, artigos eletrônicos e outros meios literários, pudessem contribuir para o enriquecimento do tema, e, posteriormente, também fosse um instrumento capaz de auxiliar estudiosos que demonstrem interesse na área.

CAPÍTULO I – DA CONTEXTUALIZAÇÃO AOS OBJETIVOS DO ESTUDO

1.1 O OBJETO DE ESTUDO E SUA RELEVÂNCIA

A Gramática Normativa por ser, há algumas décadas, objeto de discussão entre estudiosos quanto a sua aplicabilidade em sala de aula, fora necessário que se registrasse posicionamentos de especialistas para que se pudesse fundamentar o presente trabalho acadêmico.

Assim, autores como Evanildo Bechara, Marcos Bagno, Luiz Carlos de Assis Rocha dentre outros, são mencionados com suas posições acerca do ensino da Língua Portuguesa, sendo uma ala defensora da GN, e, outra, os linguistas modernos, defensores de uma gramática isenta de regras. Dessas discussões entre teóricos, foi possível dar sustentabilidade ao material aqui trabalhado.

Em princípio, o conceito de gramática será ponto de partida para se conhecer as acepções de estudiosos que se colocam à frente do conflito linguístico que têm como protagonistas os chamados modernos em oposição às ideias tradicionalistas.

Para Ferreira (1999, p. 17) gramática pode ser conceituada como: "1. Estudo ou tratado que expõe as regras da língua-padrão; 2. Conhecimento internalizado dos princípios e regras de uma língua particular; 3. Todo o estudo de cunho gramatical que segue os princípios impostos pela tradição anterior ao advento da ciência linguística.".

A partir do que é posto pelo estudioso, é possível identificar alguns pontos importantes acerca do conceito de gramática. Nessa ideia conceitual, dois aspectos se sobressaem: "tratado de regras" e "língua padrão"; o primeiro remetendo ao que é característico em certo nível de uma língua, ao padrão, modelo com regência externa; o segundo, remetendo à possibilidade de uso de mais de um nível em determinada língua, além desse que, para existir, necessita de um tratado de regras.

Ainda, quanto à questão da gramática normativa e sua relevância quanto ao aprendizado no ensino básico, Rangel (2002) diz que uma formação precária, seja ela inicial ou continuada, o futuro professor poderia comprometer negativamente a seus alunos, o aprendizado do idioma.

Nesta ótica, Bechara (2001) dá relevância, de forma eclética, ao aprendizado da língua-padrão, pois somente após sua aquisição, poderá o estudante mergulhar em

outras variações. E, acrescenta, dizendo, quem não conhece a sua própria Língua-padrão não chega a ser usuário das outras variações.

Quanto à escola, vale ressaltar que, ela tem sido cenário de uma crise idiomática acerca do ensino de Português. E, essa turbulência em torno do idioma, Bechara (2007) ainda faz menção a três fatores que contribuem ao fracasso do ensino de uma língua materna:

> "A primeira crise é na ordem institucional, na própria sociedade, que, de uns tempos para cá, seguindo as pegadas de uma tendência mundial do após-guerra, privilegiou o coloquial, o espontâneo e o expressivo, renovando, consideravelmente, a língua popular." (2007, p.5)

A partir do exposto, o autor ratifica uma expansão ao coloquialismo, pondo o ensino formal em segundo plano, pois essa liberdade torna a modalidade espontânea como premissa básica e essencial à comunicação.

No que concerne ao segundo fator, o autor expõe a necessidade de a Linguística constituir-se de forma definitiva:

> "A segunda crise é na universidade, já que a linguística ainda não conseguiu constituir-se definitivamente, desdobrando-se em diversas linguísticas que discutem seu objeto, suas tarefas e suas metodologias. Apresentadas ora paralela ora conflitante, a verdade é que as teorias linguísticas ainda não chegaram a consolidar um corpo de doutrina capaz de permitir uma descrição funcional-integral do saber elocucional, do saber idiomático e do saber "expressivo"." (Bechara, 2007, p.7)

E, quanto ao terceiro fator gerador do fracasso escolar, o estudioso aponta, ainda, a escola, como agente que contribui para a chamada crise do idioma:

> "A terceira crise é na escola, na medida em que, não se fazendo as distinções necessárias entre gramática geral, gramática descritiva e gramática normativa, a atenção do professor se volta para os dois primeiros tipos de gramática, desprezando justamente a gramática normativa que deveria ser o objeto central de sua preocupação e, em consequência, despreza toda uma série de atividades que permitiriam levar o educando à educação linguística necessária ao uso efetivo do seu potencial idiomático." (Bechara, 2007, p.7)

Assim, observa - se que essa crise envolve três instituições que deveriam conviver harmoniosamente em relação ao ensino do Português: **Sociedade, Universidade e Escola**.

Esta tríade apontada por Bechara, dá-nos a certeza da importância que elas trazem à formação cultural do ser humano. A universidade, por ser um organismo de nível superior, cuja essência enriquece o acadêmico, de forma a incitá-lo para uma formação consciente, através da pesquisa. A escola, por ser a primeira instituição de ensino, tem por missão, em seu ambiente formador, preparar o sujeito nas mais diversas áreas de conhecimento. E, a sociedade, que exigente, cobrará uma qualificação tanto cidadã quanto técnica.

Portanto, é possível observar que há um envolvimento, segundo o estudioso, não apenas de ordem social, mas também institucional. Como proceder diante desse problema da língua? Quais iniciativas seriam úteis a amenizar essa questão?

Diante da relevância temática, os objetivos deste trabalho estão assim dispostos:

Objetivo geral:

Analisar as razões do caminho conflituoso entre linguistas e conservadores.

Objetivos específicos:

Apresentar divisões geradoras de conflitos quanto ao modelo didático a ser aplicado no Ensino da Língua Materna;

Investigar o perfil acadêmico nos Cursos de Língua Portuguesa, no tocante à Gramática Normativa;

Contribuir com profissionais dos Cursos de Língua Portuguesa para que possam trabalhar conteúdos da gramática normativa, chamada de modelo conceptivo tradicional, em harmonia com o modelo conceptivo discursivo-interacionista;

Promover discussões a respeito de caminhos existentes e possibilidades de inovações no Ensino da Língua Materna.

CAPÍTULO II - REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Processo de Construção da Escrita

A escrita é uma modalidade comunicativa posterior ao surgimento da linguagem oralizada e surgiu como forma de suprir as carências dela. Nasce de uma necessidade humana no mundo civilizado e traz as marcas da cultura de muitos povos.

De acordo com Cagliari (1993), a escrita, seja ela qual for, sempre foi uma maneira de representar a memória coletiva religiosa, mágica, científica, política, artística e cultural de um povo. Acerca do conceito de escrita, diz o mesmo autor ser todo sistema gráfico da linguagem verbal, ou um modo pelo qual o homem representa sua realidade, seu pensamento usando símbolos gráficos.

Esse sistema vivo e dinâmico é criação histórica, equivale a dizer que vem sendo construído processual e coletivamente. Cagliari, ainda, identifica três fases distintas na construção deste sistema gráfico: a pictórica, a ideográfica e a alfabética.

Na fase pictórica, a escrita manifestava-se por meio de desenhos ou pictogramas, associados à imagem do objeto, revelando a preocupação do autor em representar, o mais próximo possível, esse objeto de sua realidade circunstancial.

Na fase ideográfica, os desenhos ou ideogramas passaram a ganhar um cunho de convenção social, pois os ideogramas representavam desenhos bem mais simples e mais distantes da imagem real do objeto ao contrário dos pictogramas. Assim sendo, os ideogramas correspondem aos primeiros ensaios das letras do alfabeto.

Na fase alfabética, os ideogramas deixam de ser a representação puramente fonográfica e adquirem traços de representação fonética. Isso ocorre por volta de 1.500 a.C, quando começa a serem utilizadas as letras do alfabeto. Com base no teórico, inicialmente, as unidades gráficas representavam palavras ou sílabas. Os alfabetos silabários eram conjuntos de sinais específicos com os quais cada sílaba era representada. Alguns destes alfabetos chegavam a possuir de setenta a noventa signos.

Faraco (1992) aponta, como forma de fundamentar as fases acima descritas, exemplifica quanto ao primeiro caso, a escrita chinesa e, ao segundo, a escrita japonesa. Quanto à terceira fase, a alfabética, antes que passasse a possuir apenas vinte e três letras, hoje, vinte e seis, os fenícios, inspirados em vários sinais da escrita egípcia,

reduziram o número de caracteres e criaram um conjunto de sinais gráficos para representar os sons consonantais. Os gregos adaptaram o sistema de escrita fenícia a ele, juntaram as vogais criando o sistema de escrita alfabética. Posteriormente, a escrita grega foi adaptada pelos romanos, e, essa forma modificada dela, surgiu o alfabeto e certas convenções ora adotados na escrita.

Ao longo dos anos, numa tentativa de melhor atender às necessidades de comunicação, à modalidade escrita das línguas, especialmente as ocidentais, foram-se agregando outras convenções gráficas, dentre elas: as letras maiúsculas e minúsculas, os numerais, sinais diacríticos, sinais de pontuação, letras manuscritas, garrafais, bastão, de forma, e, outras configurações estilísticas no formato das letras.

2.2 Língua Portuguesa: de sua origem a sua expansão

Visto a questão alfabética em sua origem, a Língua Portuguesa originou-se do Latim, que formou uma imensa família de línguas. Em princípio, um modesto povo de cultura pífia, da região central da Península Itálica, chamada de Lácio, fez expandir uma língua que desempenharia um importante papel linguístico aos ocidentais. Essa língua latina emergiu através de uma força político-militar, em que graças à competência organizacional, consolidaram um império que abrangia as mais diversas regiões, dentre elas, a Europa Ocidental.

Os romanos, à medida que dominavam povos, implantavam nessas regiões sua cultura; assim, podiam miscigenar seus saberes com os saberes dos povos dominados. Nesse intercâmbio cultural, puderam assimilar muito com os gregos, por exemplo. E, a partir dos helenos, eles, em especial, um estudioso chamado Lívio Andrônico, buscou elevar a Língua Latina, até então, estruturada em uma modalidade oral, a um modelo que pudesse enriquecer a forma escrita, em especial, na Literatura.

Nessa busca romana de modelar sua Língua às Artes literárias, sob a influência grega, demonstrou de forma clara, a necessidade de unificar uma língua com padrões próprios que fossem utilizadas à expressão artística. Logo, é possível afirmar que, nessa padronização, surge intencionalmente ou não, um manual a ser seguido por aqueles que necessitassem realizar um trabalho na modalidade escrita.

Essa intrínseca relação cultural greco-romana, no campo das artes, acentuada pela busca incessante da perfeição proso formal, fora responsável em dividir, através do tempo, a língua latina em dois grupos: o latim vulgar e o latim literário.

2.3 O Latim na diversidade cultural

Vários são os sistemas de comunicação, entretanto, a linguagem verbal é o mais complexo e natural, pois é a única modalidade que utiliza palavras – signos verbais. Por ser uma prática social, ela evolui por se caracterizar pela sua heterogeneidade e variabilidade.

O latim por não se excluir a essa premissa, e, por ser o idioma oficial do povo romano, à época, tornou-se uma língua diversificada conforme o nível cultural de seus falantes, surgindo assim, duas outras modalidades.

A primeira modalidade, chamada de vulgar, era predominantemente oral, utilizada pela massa menos favorecida, também chamada de latim corrente, era o colóquio falado pelos mais variados grupos sociais menos favorecidos. Quanto à modalidade clássica, chamada de literária, sua prática era comum em meio à elite, a ser a forma empregada pelos escritores e, ensinada nas escolas, ou seja, utilizada pelas camadas privilegiadas.

É possível compreender que, dessa modalidade ensinada nas escolas, o latim clássico era levado a tornar-se uma língua padrão, com um controle normativo capaz de estabelecer uma unidade linguística.

Portanto, a Língua Portuguesa tendo como *língua-mater*, o latim, vivencia há algum tempo essa herança divisória, em que uma língua, pela sua dinamicidade, ramifica-se ao ponto de influenciar o nascimento de categorias outras. Entretanto, essas variações surgidas na oralidade são contrapontos em relação à modalidade escrita. E, essa divergência, que emerge, é protagonizada, de forma conflituosa, principalmente, nas últimas décadas, pelos linguistas e normativistas.

2.3.1 Língua Portuguesa: uma questão de bom senso

O latim era disciplina obrigatória nas escolas brasileiras. Sua reinclusão no currículo já foi cogitada, mas caminha a passos curtos. Assim, essa chamada *língua-*

-*mater* clama para que os dirigentes de ensino tornem possível o seu retorno, pois há necessidade de valorizar o ensino do português, de conhecer a origem das palavras, de observar a estrutura de uma língua que não morreu, mas permanece viva em cada uma das línguas românicas existentes em nosso planeta, sendo, portanto, uma língua universal capaz de explicar fenômenos aparentemente inexplicáveis.

Inúmeras são as vantagens que poderão ser colhidas através do latim, dentre elas; melhor entendimento de elementos que estruturam a cultura portuguesa; contribuição para o desenvolvimento intelectual do falante, e, não menos importante, a capacidade de reflexão àquela que estuda cientificamente a linguagem humana: a Linguística.

Variações diversas são percebidas pelos falantes no que concerne à fuga do Português Padrão, são identificadas em indivíduos que, principalmente, não tendo a oportunidade de escolarizar-se, trouxeram uma herança viva do latim, através da oralidade, mantendo, assim, uma intrínseca relação com o passado.

Sim, estar atento à nossa brasilidade é importante, pois o espírito nativista leva--nos ao patriotismo. Os nossos desejos, pensamentos e sentimentos, quando externados a esse mundo numa linguagem verbal, requerem um mecanismo capaz de auxiliar para o sucesso comunicativo. É condição primeira que o receptor da mensagem sinta-se satisfeito no momento de decodificar. Os instrumentos a serem utilizados pelo emissor podem ser inúmeros, entretanto, um ato comunicativo exitoso dependerá do nível linguístico comum entre eles.

É importante, ainda, ressaltar que, há uma necessidade de unificar povos quanto à prática da linguagem, pois uma língua "padrão" responsabilizar-se-ia por esse elo. E, o caminho, que nossos irmãos portugueses nos possibilitaram, quanto à herança comunicativa, propiciou que tivéssemos uma dádiva tipicamente da natureza: A Língua Latina.

Muitos são os profissionais de educação, em especial, professores de Língua Portuguesa, que durante as aulas podem observar que, através de seus alunos, o mau uso do português utilizado na escola é alarmante. É objetivo aqui, excitar educadores à reflexão quanto à forma, ou melhor, metodologia utilizada. Também, é bom lembrar que

uma língua se estrutura em torno do certo – norma culta; errado – fuga inexplicável aos padrões e, o diferente – fuga explicável aos padrões impostas pela GN. É possível observar, também, que não há necessidade de pôr em cheque o conflito entre o modelo conceptivo tradicional e o modelo conceptivo discursivo-interacionista.

Esse confronto em nosso cenário deve, sim, extinguir-se, pois o que realmente interessa-nos, enquanto profissionais da Língua, é prepararmos nossos alunos ao domínio do Português Padrão, bem como respeitá-los em suas diferenças sociais.

Portanto, devemos sempre durante as aulas de Português, utilizarmos a norma culta, o Português Padrão. Mas, respeitando toda uma bagagem cultural de nossos alunos que, por motivos sócio-econômico-cultural, são desfavorecidos quanto ao uso de seu idioma. Ainda é importante salientar que, uma questão é relevante: será que nós, professores de Língua Portuguesa, estamos verdadeiramente preparados para ministrar, em nossas aulas, a Gramática Normativa – GN? Será que nossos Cursos Superiores de Letras, muitos até ousam menosprezar nossa Língua *Mater*, instruem eficazmente nossos acadêmicos?

Resta-nos resgatar e valorizar nossa Língua raiz, pois há um caminho menos árduo à aquisição dessa maravilhosa língua materna (Língua Portuguesa), resgatar nosso Latim, pois não seria ele, o único meio conciliador para analisar, em sua maioria, os fenômenos de nossa língua, e, somente assim, seria possível neste século, testemunharmos a harmonia entre "conservadores" e "modernos"?

Não é exclusivo o quadro comparativo que abaixo será apresentado, pois é importante ressaltar uma obra - uma Novela Sociolinguística, dentre outras obras de Marcos Bagno, linguista renomado em nosso cenário, que foram fontes imprescindíveis para demonstrar o grau de proximidade existente entre determinadas línguas, e, que esses fenômenos explicam os desvios de nosso português, principalmente, na oralidade.

É bom enfatizar que, a intenção desse escrito é destacar o Latim como bálsamo capaz de justificar os fenômenos que ocorrem em determinadas situações comunicativas. Quero, ainda, enaltecer essa língua do Lácio, por abrilhantar a Língua Portuguesa no que concerne ao Português-Padrão, e, ser responsável como língua-fonte capaz de desestigmatizar os preconceitos do uso do idioma de forma "diferente".

Portanto, seguem algumas nuances do mundo maravilhoso dessa Língua:

ROTACISMO

A troca de L por R nos encontros consonantais é um fenômeno natural na Língua Portuguesa. Não se deve recriminar falantes que, por ventura, sejam praticantes da chamada rotacização. O latim é capaz de justificar essa tendência. Então, vejamos:

Quadro 1

Latim	**Espanhol**	**Português**
Ecclesia -	Iglesia -	Igreja
Sclavu -	Sclavo -	Escravo

Ou ainda,

Quadro 2

Latim	**Português**
Duplu -	Dobro
Flaccu -	Fraco
Clavu -	Cravo

É possível, após uma análise, que o -l latino chega à língua portuguesa em -r. Portanto, o ingrês, a pranta e o pubrica são variedades do português que podem ser facilmente explicadas através de um estudo histórico da língua.

Analisemos dois versos camonianos extraídos da obra "Os Lusíadas":

Quadro 3

" Nas ilhas de Maldiva nasce a **pranta**" (X, 136)
" Onde o profeta jaz, que a lei **pubrica**"(VII, 34)

Conseguimos, assim, mais uma vez, ratificar que a dupla consonantal L/R são

mais íntimas do que parecem ser. Vale salientar ainda que, não somente no português acontece esse fenômeno, pois em italiano o L torna-se um I:

Quadro 4

Flor = Fiore
Planta = Pianta

Enfim, neste primeiro momento acerca do assunto em estudo, podemos perceber que o errado na língua portuguesa não seria, na verdade, o diferente em relação à norma culta da língua?

REDUÇÃO DE SÍLABAS

É tendência do português não-padrão a contração silábica, portanto, não há por que ficarmos pasmos, quando um falante que, por ventura, utilize essa variedade como meio de comunicação.

Em latim, inúmeras são as palavras proparoxítonas que em português transformaram-se em paroxítonas. Justificativa natural para reconhecer os desvios à norma culta da língua. Assim, exposto, vejamos:

Quadro 5

Português Padrão		**Latim**
Homem	<	Hómine
Letra	<	Líttera
Malha	<	Mácula
Palavra	<	Parábola
Português Padrão		***PNP**
Árvore	>	Arvre
Fósforo	>	Fosfro
Música	>	Musca
Víbora	>	Briba

PNP = Português Não-Padrão

O português não-padrão, na verdade, é uma modalidade comunicativa enxuta,

dinâmica e prática que se esteia, por muitas vezes, na língua *mater* para explicações convincentes.

O M NASALIZADOR E SUA AUSÊNCIA

Não é muito raro ouvirmos em um ambiente familiar, ou mesmo na escola, "viage", "garage", "home", "Mílto" e "Nélso". A ausência do M postônico desnasaliza as vogais que o acompanham. É salutar atentarmos ao quadro abaixo e vermos a tendência portuguesa em excluir um N final das palavras latinas.

Quadro 6

Latim	**Português**
Legumen >	Legume
Nomem >	Nome
Regimen >	Regime

IDEIA PREFIXAL I

Imaginar que a língua portuguesa se limita a norma padrão é constatar uma insapiência, quando se deve considerar a riqueza diversa que ela oferece gratuitamente a seus usuários.

Deixar-se levar tão somente por questões sonoras, por regras impostas e inflexíveis é regredir culturalmente. Imaginemos seres humanos (brasileiros) proferirem em momentos cotidianos: "Você se alembra da música", "O pássaro avoa" e "As meninas ajuntam suas bonecas". Sem pestanejar, nossos ouvidos responsabilizam-se em denegrir a imagem cultural desses inocentes. Saibamos, pois, tudo é uma questão latinizadora.

Obs1.: A preposição latina AD originou a portuguesa A.

Obs2.: AD atrelava-se como prefixo para formar novos verbos.

Quadro 7

Ad préndere = Appréndere
Ad córrere = Acórrere

Em português, o processo de anexar o prefixo A- conservou-se. Daí, hoje, termos em nossa estrututa linguística fenômenos que ratificam a forte presença latina em nosso meio.

IDEIA PREFIXAL II

Se ouvirmos "entonce" por "então", "despois" por "depois" e "escuitar" por "escutar", bastaria, antes mesmo de criticarmos tais empregos, termos o bom alvitre de recorrer ao latim:

Quadro 8

In tunce	=	Então
De ex post	=	Depois
Ascultare	=	Escutar

Após uma pesquisa valiosa da obra bagniana " A Língua de Eulália", vale enfatizar quanto ao ambiente escolar, seus dirigentes e corpo docente que, definitivamente, não há como menosprezar muitas questões linguísticas, é importante trabalhar toda a carga cultural de nossos alunos para que possam verdadeiramente, atingir sua metas de conhecimento da língua. Discriminar pessoas quanto à forma de expressar-se, simplesmente rejeitando-as, desqualificando-as quanto ao uso da língua, é desprezar uma realidade que poderia ser utilizada como forma de subsidiar o processo ensino x aprendizagem da Língua Portuguesa.

Investigações científicas da linguagem estão às vistas para que profissionais possam usufruir desse manancial que, certamente, será capaz de auxiliá-los numa trajetória profissional. Em contrapartida, deixarmos o nosso Português Padrão não seria racional, pois o sistema de avaliação cultural em vigor, não nos permite utilizar uma linguagem de nossa Gramática Interna.

O caminho é mesmo a harmonia e compreensão de nossos estudiosos que, muitas vezes, têm uma posição até radical, quanto ao uso ou não da Gramática

Normativa. Talvez, se elas, as correntes, concentrassem forças, unindo suas potencialidades, um resultado prazeroso estaria à mercê de todos. O certo é que nossos alunos necessitam de uma referência quanto ao ensino da língua, e, somente conseguiremos esse objetivo com o retorno de nossa língua-mãe: o Latim.

2.3.2 Falar e Escrever: uma questão de ambiente

Esse dilema entre a normatividade da gramática, defendida pelos tradicionalistas, e, a objetividade da ciência – Linguística – amparado pelos estudiosos de um modelo chamado discursivo-interacionista, tem contribuído ao empobrecimento da língua nas últimas décadas. Então vejamos:

Uma língua por mais que seja nativa possui um sistema próprio que se responsabiliza em preservar os signos linguísticos às gerações futuras. Essa característica torna-se indispensável para seus falantes, pois a organicidade no campo, pelo menos, fonológico-fonético deveria seguir normas, conceitos próprios. Do contrário, gerações futuras não conseguiriam compreender sua própria sociedade, seu próprio meio.

Logo, uma língua deve arraigar-se em princípios norteadores que garantam sua funcionalidade, ou seja, que preserve a sua essência através de normas e preceitos. Ao pensar que um idioma deve ficar a mercê de suas variações, seria impossível a médio, longo prazo, comunicar-se entre indivíduos de uma mesma nacionalidade.

A anarquia linguística deve ser evitada e considerada um risco à comunicação, quando profissionais não têm um grau de maturidade em discernir o que é coerente, ou não, à modalidade oral e escrita. Para Ferreira (2012), conhecer a funcionalidade de sua própria língua, revestida de suas regras é uma obrigação, principalmente, aos profissionais que lidam no magistério, e, embora, ele reconheça a mutabilidade da linguagem, é convicto de que certas mudanças podem não ser benéficas ao idioma.

Em um artigo publicado, Ferreira narra uma experiência que reforça a ideia de que a língua é um fator que deve ser preservado em sua estrutura,

> "[1]Outro dia, ouvi um professor de português afirmar que, em matéria de idioma, não existe certo nem errado, ou seja, tudo está certo. Tanto faz dizer "nós vamos" como "nós vai". Ouço isso e penso: que sujeito bacana, tão modesto que é capaz de sugerir que seu saber de nada vale. Mas logo me indago: será que ele pensa isso mesmo ou está posando de bacana, de avançadinho? (...) A conclusão inevitável é que o professor deveria mudar de profissão porque, se acredita que as regras não valem, não há o que ensinar. Mas esse vale-tudo é só no campo do idioma, não se adota nos demais campos do conhecimento. Não vejo um professor de medicina afirmando que a tuberculose não é doença, mas um modo diferente de saúde, e que o melhor para o pulmão é fumar charutos. É verdade que ninguém morre por falar errado, mas, certamente, dizendo "nós vai" e desconhecendo as normas da língua, nunca entrará para a universidade, como entrou o nosso professor. Devo concluir que gente pobre tem mesmo que falar errado, não estudar, não conhecer ciência e literatura? Ou isso é uma espécie de democratismo que confunde opinião crítica com preconceito? As minorias, que eram injustamente discriminadas no passado, agora estão acima do bem e do mal. Discordar disso é preconceituoso e reacionário. E, assim como para essa gente avançada não existe certo nem errado, não posso estranhar que a locutora da televisão diga "as milhares de pessoas" ou "estudou sobre as questões" ou "debateu sobre as alternativas" em vez de "os milhares de pessoas", " estudou as questões" e "debateu as alternativas". A palavra "sobre" virou uma mania dos locutores de televisão, que a usam como regência de todos os verbos e em todas as ocasiões imagináveis. Sei muito bem que a língua muda com o passar do tempo e que, por isso mesmo, o português de hoje não é igual ao de Camões e nem mesmo ao de Machado de Assis, bem mais próximo de nós. Uma coisa, porém, é usar certas palavras com significados diferentes, construir frases de outro modo ou mudar a regência de certos verbos. Coisa muito distinta é falar contra a lógica natural do idioma ou simplesmente cometer erros gramaticais primários. Mas a impressão que tenho é de que estou malhando em ferro frio. De que adianta escrever essas coisas que escrevo aqui se a televisão continuará a difundir a fala errada cem vezes por hora para milhões de telespectadores? Pode o leitor alegar que a época é outra, mais dinâmica, e que a globalização tende a misturar as línguas como nunca ocorreu antes. Isso de falar correto é coisa velha, e o que importa é que as pessoas se entendam, ainda que apenas grunhindo." (Folha de S. Paulo, 2012, p. 15)

Fica notória a necessidade de conhecer a própria língua com suas imposições, pois a própria sociedade, representada pelos sistemas de avaliação nacional, cobra um conhecimento linguístico que ultrapassa os limites da informalidade. Além de ser uma realidade, a ideia do que seja a Ciência Linguística, muitas vezes, é considerada como

[1] Texto extraído do jornal Folha de S.Paulo, publicado em 25 de março de 2012, de autoria do poeta e escritor Ferreira Gullar, sob o título "Da fala ao grunhido".

um modelo que permite e tolera todos os erros gramaticais de um falante movido pelo registro informal.

Quanto aos exames nacionais, em específico, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), através do INEP - Instituto responsável pela aplicação de inúmeros exames no Brasil - é incisivo ao afirmar que a prova de redação, pertencente à área de Linguagens e Códigos, deve ser redigida conforme os padrões formais da língua. A seguir, observar-se-á a competência 1 que faz referência ao domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, em que o aluno deverá considerar ao ser submetido à avaliação desse exame:

> " [2]A primeira competência a ser avaliada em seu texto é o domínio da modalidade escrita formal da língua. Você já aprendeu que as pessoas não escrevem e falam do mesmo modo, uma vez que são processos diferentes, cada qual com características próprias. Na escrita formal, por exemplo, deve-se evitar, ao relacionar ideias, o emprego repetido de palavras, como "e", "aí", "daí", "então", próprias de um uso mais informal. Por isso, para atender a essa exigência, você precisa ter consciência da distinção entre a modalidade escrita e a oral, bem como entre registro formal e informal. Outra diferença entre as duas modalidades diz respeito à constituição das frases. No registro informal, elas são muitas vezes fragmentadas, já que os interlocutores podem complementar as informações com o contexto em que a interação ocorre, mas, no registro escrito formal, em que esse contexto não está presente, as informações precisam estar completas nas frases. A entoação, recurso expressivo importante da oralidade, e as pausas, que conferem coerência ao texto, são muitas vezes marcadas, na escrita, por meio dos sinais de pontuação. Por isso, as regras de pontuação assumem também essa função de organização do texto. Na redação do seu texto, você deve procurar ser claro, objetivo e direto, empregar um vocabulário mais variado e preciso, diferente do que utiliza quando fala, e seguir, as regras estabelecidas pela modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. Além disso, o texto dissertativo- -argumentativo escrito exige que alguns requisitos básicos sejam atendidos. Além dos requisitos de ordem textual, como coesão, coerência, sequenciação, informatividade, há outras exigências para o desenvolvimento do texto dissertativo--argumentativo:
>
> - ausência de marcas de oralidade e de registro informal;
>
> - precisão vocabular; e
>
> - obediência às regras de:
>
> - concordância nominal e verbal;

[2] Texto extraído do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Guia do Participante: A redação no Enem 2013.

> - regência nominal e verbal;
>
> - pontuação;
>
> - flexão de nomes e verbos;
>
> - colocação de pronomes oblíquos (átonos e tônicos);
>
> - grafia das palavras (inclusive acentuação gráfica e emprego de letras maiúsculas e minúsculas); e
>
> - divisão silábica na mudança de linha (translineação)."

Diante do exposto, não há dúvidas de que a modalidade padrão formal é uma exigência à produção de textos nos exames nacionais. Portanto, não se concebe que a gramática normativa deixe de atuar nas escolas, pois quaisquer que sejam as críticas quanto a esse manual, deve-se considerar a real necessidade de domínio da norma culta pelos falantes, pelo menos àqueles que almejam ingressar no mercado de trabalho.

Ainda nesse mesmo raciocínio, torna-se importante citar uma premissa orientadora, direcionada aos professores quanto ao processo ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, conforme manual explicitado nos Parâmetros Curriculares Nacionais,

> "O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades, amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos. Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país." (PCN's, 1998, p.5)

Preconceito linguístico, variação linguística e classes menos favorecidas são algumas das expressões comuns no imenso mundo da comunicação. É conhecimento de todos que a Língua Portuguesa, devido à expansão territorial do Brasil, é um idioma composta por muitas variedades regionalizadas. Um aluno, em seu primeiro contato com uma instituição de ensino, traz em sua bagagem cultural uma variedade que fora adquirida em seu meio familiar, e, que esse conhecimento deverá ser lapidado através do ensino formal da língua. O que se argumenta, em meio a discussões sobre a língua, é de que ele, o aluno, no seu ambiente colegial, é vítima de uma espécie de preconceito, por ser um agente que possui uma variedade comunicativa divergente àquela padrão.

Ora, esse preconceito inexiste, pois não há registro de que jovens em escolas são discriminados por professores pela sua forma de falar. Assim, que preconceito é esse? Existe realmente a chamada exclusão linguística?

O fenômeno da variação existe, até porque um falante é diretamente influenciado pelo meio social em que vive. Entretanto, insinuar de que a escola é um espaço que exclui alunos de classes menos favorecidas, talvez seja uma acusação fictícia, e, também, deixar o ensino da língua em sua modalidade padrão para priorizar a variação comunicativa de seus alunos, é prepará-los para o insucesso profissional, pois o jovem será mensurado pela sua capacidade intelectual acerca do conhecimento formal de seu idioma.

O que seria mais coerente nesse processo de ensino e aprendizagem da língua é mostrar ao aluno a existência de variedades, e, que esses registros são importantes conforme a necessidade de utilizá-las.

O ser humano diferencia-se de seu próximo, pelas características que lhe são peculiares, torna-se único porque possui caráter, personalidade e comportamento distinto. A língua também possui suas peculiaridades, evolui com o tempo, mas deve sempre estar direcionada a uma outra que seja língua-base, capaz de unificar todas as outras variedades que surgiram através de sua evolução.

O que deve ser norteador quanto ao uso da língua padrão, é o contexto em que está inserido o falante, ou seja, é a situação social. Castilho (2010) faz referência a essa heterogeneidade linguística dizendo que,

> "As línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Elas são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas." (2010, p. 197)

Essa transformação que matiza um idioma é salutar, utilizar-se da informalidade é, sim, um meio estiloso de expressão. Mas, a falta de maturidade na utilização dessas variantes torna-se inviável, a partir do momento em que menospreza o ambiente da comunicação. Então, vejamos, de inúmeros exemplos de variedade linguística tem-se o

internetês. Uma linguagem típica do meio virtual, essa variante é muito utilizada em salas das redes sociais, como *facebook*, instrumento disseminado à vida social dos falantes, que, de forma muito peculiar, comunicam-se reduzindo palavras do idioma, criando abreviaturas, ou mesmo, convencionando expressões que se tornam padrão nesse meio.

De uma infinidade de convenções da linguagem, chamada de internetês, segue algumas que, muito distante, diverge do vernáculo de nosso idioma.

- Palavras reduzidas

não = ñ

sim = s

de = d

que = q

vc = você

também = tb

cadê = kd

tc = teclar

porque = pq,

aqui = aki,

- Orações em internetês

“ Vc ñ dexô d fikr axin.”

Tradução: “ Você não deixou de ficar assim.”

“ Pq vc naum xego na hr q eu t flei? ”

Tradução: “ Por que você não chegou na hora que eu te falei?

- Convenções dessa variante

:-) ou :) sorriso, felicidade

:-o oh, não!

;-) piscada de olho

8-) olhos arregalados

Diante desse mundo virtual, em que a praticidade é um fator que predomina nessa variação linguística. Quando utilizada em um ambiente não virtual, torna-se um vilão em relação ao português padrão, ou seja, compromete toda a estrutura gráfica da língua.

Saber empregar uma forma de linguagem, em dado contexto social, não causará danos a uma língua. Ensinar a forma padrão nas escolas é uma prova de patriotismo que deverá ser respeitada. Assim, receber alunos das mais diversas classes culturais e, conscientizá-los das inúmeras formas de comunicação, é uma ação que traz benefícios ao nosso idioma. Essa cumplicidade entre o professor de língua e o seu aluno deve ser uma constante nas aulas de Língua Portuguesa, pois a troca de conhecimento e respeito a posições intelectuais ou ações criativas, são primordialmente, relevantes a um ensino de qualidade.

Para Bohn (2002) uma comunidade impõe mudanças nos mais diversos segmentos, a construção e lapidação dessas transformações devem ser muito bem aproveitadas à formação do conhecimento, em especial, no ambiente escolar.

Nesse intercâmbio intelectual linguístico, no respeito à forma de expressão, Leffa (2005, p. 211-212) demonstra a importância de valorizar a bagagem cultural de um aluno, em uma narrativa de Buckley:

Situação A

"[3]Uma manhã a professora disse:

- Hoje nós iremos fazer um desenho.

- Que bom! Pensou o menininho. Ele gostava de desenhar leões, tigres, galinhas, vacas, trens e barcos... pegou sua caixa de lápis de cor e começou a desenhar.

A professora então disse:

- Esperem, ainda não é hora de começar! Ela esperou até que todos estivessem prontos.

- Agora, disse a professora, nós iremos desenhar flores.

O menino começou a desenhar bonitas flores com seu lápis rosa, laranja e azul.

- A professora disse: Esperem! Vou mostrar como fazer! E a flor era vermelha com caule verde.

- Assim, disse a professora, agora vocês podem começar.

[3] Narrativa extraída da obra Leffa (2005), de autoria de Buckley.

O menininho olhou para a flor da professora, então olhou para a sua flor. Gostou mais da sua flor, mas não podia dizer isso... virou o papel e desenhou uma flor igual a da professora, e era vermelha com o caule verde."

Situação B

"Então, aconteceu que o menininho teve que mudar de escola.

- Um dia a professora disse: Hoje nós vamos fazer um desenho

- Que bom! Pensou o menino e esperou que a professora dissesse o que fazer.

Ela não disse. Apenas andava pela sala. Quando veio até o menininho disse:

- Você não quer desenhar?

- Sim, o que é que nós vamos fazer? Perguntou o menino.

- Eu não sei, até que você o faça, respondeu a professora.

- Como eu posso fazê-lo? Perguntou o menininho.

- Da maneira que você gostar.

- E de que cor?

- Se todo mundo fizer o mesmo desenho e usar as mesmas cores, como eu posso saber qual o desenho de cada um? Indagou a professora.

- Eu não sei, respondeu o menininho. E começou a desenhar uma flor vermelha com caule verde."

Então, considerar o conhecimento natural dos alunos é uma condição *sine quo non* para que o ensino possa ter resultados satisfatórios, pois o que deve existir na relação professor e aluno é uma interação cultural, pois, somente assim, toda uma oratória pedagógica poderá, indiscutivelmente, sair do campo teórico para o campo prático no ensino da língua.

2.4 Gramática: duas Visões, um Idioma

2.4.1 A Gramática Normativa e sua funcionalidade

A história registra a primeira a gramática como sendo de Panini (séc. VI a.C.), porém, muitos estudiosos afirmam que, formalmente, a Gramática teve seu início através dos gregos que iniciaram uma reflexão acerca da estrutura de sua língua.

Com a ascensão do Império Romano, tendo em sua dominação vários povos, eles adquiriram Tradição linguística grega. Foi através de Dionísio, gramático grego,

que através da obra "A Arte da Gramática", o latim e o próprio grego serviram-se de uma base idiomática.

Diversas são as gramáticas nominadas com o intuito de realizar um estudo linguístico de um idioma. Entretanto, limitar-se-á este trabalho a duas visões conceituais que são essenciais à compreensão do objeto em estudo.

A GN há algumas décadas tem sido alvo por não contribuir mais, segundo críticos, ao enriquecimento da língua. Vista como sendo um manual que regulamenta, ou seja, impõe um comportamento linguístico aos falantes, ela pela postura que adota, é vista como marginalizadora aos que infringem suas prescrições.

Entretanto, é notório que a GN exerce um papel social de suma importância, pois autores que defendem, e, embasam-se na posição, sabem da necessidade de seu uso durante a trajetória socioprofissional de um falante. Possenti (1996), defende que o papel das instituições escolares é de ensinar a Língua Padrão, pois as crianças absorvem e utilizam a língua naturalmente. Afirma ainda que, é preciso ensinar um aluno que (re)conheça e utilize seu idioma adequadamente, conforme os mais diversos ambientes contextuais.

É importante saber que a Língua Materna, quanto a sua aquisição, dá-se de forma rápida, natural e inconscientemente. Seu uso oral, em momentos informais, não depende da escola, entretanto, em situações formais, faz-se necessidade da intervenção escolar que deve cumprir o seu papel no que concerne à transmissão de regras da língua, de forma em que os alunos possam usufruí-la em situações que exijam.

Ainda em defesa da Gramática Prescritiva, ou Normativa, Luft (2000) expõe sobre a sua importância:

> "A verdadeira gramática é um pré-requisito da fala". A verdadeira gramática: sistema de regras que possibilita atos de comunicação verbal. Mesmo para os indivíduos mais ignorantes, mesmo para as crianças pequenas, não há como falar sem teoria gramatical. Quem fala sabe a gramática da língua, por intuição, sem se dar conta, mas sabe." (Luft, 2000, p.87)

Portanto, diante do exposto, um falante deve se conscientizar e ter maturidade de usar de forma conveniente seu idioma, pois vários são os registros, e, várias são as situações de uso.

Percebe-se, pois, que o objetivo do ensino da GN é oferecer instrumentos capazes de tornar um falante conhecedor de uma estrutura idiomática, movida por mecanismos reguladores, que têm papel unificador entre comunidades de um país.

Numa primeira concepção, em uma linha de defesa da Gramática Normativa, Antunes (2003) vê a necessidade que um idioma deve, ou melhor, necessita possuir em sua base; um conjunto de regras que regulamentem a sua funcionalidade, logo:

> "Toda língua tem sua gramática, tem seu conjunto de regras, independentemente do prestígio social ou do nível de desenvolvimento econômico e cultural da comunidade em que é falada. Quer dizer não existe língua sem gramática." (Antunes, 2003, p. 26)

Quanto à importância desse manual tão polêmico, o estudioso, enfatiza, afirmando que ela [gramática], estará sempre presente em uma comunidade para ser utilizada, e, que essas regras nelas contidas, auxiliam o falante a utilizar as unidades de conteúdos, orientando-o ao bom processo comunicativo através da linguagem verbal. Para ele, além de uma necessidade, a língua deve possuir tais regras normativas, independentemente de classes sociais mais ou menos favorecidas.

Apoiando-se em Cunha (1994), a GN tem sua relevância aos alunos que almejam conhecer a funcionalidade de sua língua, que desejam adquirir a forma padrão de seu idioma, pois a gramática foi redigida com a finalidade principal de tornar-se um útil instrumento didático nas mãos de alunos do ensino básico.

Essa utilidade da GN, dita pelo autor, clarifica a necessidade de um aluno saber seu idioma, no que diz respeito à modalidade formal, para que possa estar preparado às cobranças, por exemplo, de concursos e vestibulares.

Nessa questão da importância da GN nos mais diversos segmentos da sociedade, André (1996) faz menção acerca da valorização da língua pátria como condição essencial ao êxito de um falante, quando busca esse conhecimento doutrinário:

> "A ampla aceitação da gramática anima-nos a continuar perseguindo os objetivos já claramente traçados. Nosso público são os professores, os estudantes, os candidatos a concursos e exames de habilitação, como também aos profissionais de todos os níveis que buscam reciclar seus conhecimentos gramaticais." (André, 1996, p.2)

Numa forma de tentar inovar o ensino da língua, e, diante das inúmeras críticas de linguistas quanto às infindáveis regras da GN, autores começaram, no que concerne a elaboração de gramática, estrategicamente a contextualizar os conteúdos como forma didática para melhor assimilação dos alunos. Logo, Sarmento (2000), diante dessa metodologia de contextualização, afirma em sua obra:

> "A introdução dos conteúdos é feita sempre de forma contextualizada, e, a conceituação é apresentada em linguagem simples, clara e objetiva. A elaboração dessa gramática teve como principal objetivo apresentar os conteúdos gramaticais de maneira que possam ser facilmente compreendidos e assimilados." (Sarmento, 2000, p. 5.)

É possível observar que, a partir da década de 1990, os gramáticos normativistas buscaram elaborar em suas obras de ensino da língua, textos que pudessem auxiliar o aluno no aprendizado da doutrina padrão, pois, assim, nessa nova metodologia de intertextualização (Textos e Conteúdos da GN), uma nova forma poderia revolucionar o processo ensino e aprendizagem da gramática tradicional.

Do exposto, em uma linha defensora da GN, conclui-se que a gramática concorre para a existência da língua. É fundamental à sua instrumentalidade na comunidade linguística que nela apoia seus atos de comunicação, pois se cada pessoa usasse o mesmo idioma segundo os próprios pressupostos, a língua se esgarçaria, ficando impossibilitada de cumprir sua finalidade original. No plano da escrita, então, tal se faria sentir de modo mais sensível e imediato.

2.4.2 A Linguística e sua funcionalidade

A Linguística conceitua-se como a ciência que observa os fatos variáveis da linguagem. Opõe-se as ideias da Gramática Normativa, pelo motivo de descrever a língua tal como se evidencia, através da dinâmica comunicativa de um falante, e, não se prende a imposição de regras que um falante deve obedecer.

A essa preocupação descritiva da língua, vale considerar o conceito posto por Martinet (1978) :

> "A Linguística é o estudo científico da linguagem humana. Diz-se que um estudo é científico quando se baseia na observação dos factos e se abtém de propor qualquer escolha entre tais factos, em nome de certos princípios estéticos ou morais. <Científico> opõe-se portanto a <prescritivo>. No caso da Linguística, importa

> especialmente insistir no carácter científico e não prescritivo do estudo: como o objecto desta ciência constitui uma actividade humana, é grande a tentação de abandonar o domínio da observação imparcial para recomendar determinado comportamento, de deixar de notar o que realmente se diz para passar a recomendar o que deve dizer-se." (Martinet, 1978, p 3.)

A Ciência Linguística, além de também fazer referência às palavras "princípios" e "regras", traz um aspecto novo e relevante, "conhecimentos internalizados", o que, de certo modo, permite inferir um tipo de gramática cuja existência possui certa independência no que diz respeito às regras externas. Esta acepção só fora possível com o advento da Ciência Linguística.

O Brasil, em particular, tem-se sensibilizado a essa variação idiomática presente em sua área territorial. Nesse reconhecimento da diversidade da língua, leis educacionais foram sancionadas como forma de legitimar e corrigir a escola, quanto à forma que trabalha à realidade discente (SOUSA *et* ARÃO, 2009). Ainda, segundo as estudiosas, essa imposição de regras engessantes aos aprendizes da língua materna tem limitado o potencial criativo:

> "Anterior a esse fenômeno [a Linguística], o idioma era estudado de forma restrita às normas nacionais estabelecidas, de forma inflexível, o que padronizava a aprendizagem à memorização mecânica com poucas possibilidades de uma produção textual criativa e rica de ideias e estruturas atraentes para o leitor." (Souza *et* Arão, 2009, p.68)

Para Perini (2007), há necessidade de que se proponha uma renovação no Ensino de Gramática Tradicional nas escolas, pois para ele essa gramática formalista é composta de duas fases; a primeira - aprendemos uma nomenclatura extremamente caótica. A segunda fase diz respeito à forma como somos obrigados a nos condicionar a regras que ditam o que pode e o que não pode na língua. Nessa linha teórica, o autor faz menção, ainda, à existência de duas gramáticas: uma externa e outra interna, em relação à aquisição da língua materna, em que os falantes se expõem nos bancos escolares:

> "Existe na verdade uma dualidade de doutrinas gramaticais dentro do que chamamos gramática tradicional. Uma dessas doutrinas está expressa, mais ou menos, nas gramáticas usuais. Essa doutrina a que podemos chamar 'Doutrina Gramatical Explícita' ou DGEx." (Perini, 2007, p.16)

Quanto à gramática que transcende a chamada Normativa, o autor afirma existir uma elaborada pelo próprio falante, ou seja, uma gramática natural:

> "Postulo a existência de uma 'Doutrina Gramatical Implícita' ou DGImp., que não é nunca explicitada, nem reconhecida como existente, mas que na verdade guia nossas decisões dentro da prática da análise gramatical." (Perini, 2007, p. 17)

Com essa divisão existente entre gramáticas, o autor admite que elas são divergentes no campo conceitual, havendo a necessidade de uma gramática que possa atender as expectativas no Ensino de Português nas Escolas.

Ainda em uma visão contrária à GN, o estudioso Bagno (2004) busca distinguir o que seja Ensinar Português e Ensinar o Brasileiro:

> "Ensinar português significa, na prática pedagógica tradicional, inculcar um conjunto quase interminável de prescrições sintáticas consideradas "corretas", impor uma série de pronúncias artificiais que não correspondem a nenhuma variedade linguística real, cobrar o conhecimento (ou melhor, a memorização mecânica e estéril, a decoreba inútil) de uma nomenclatura falha e incoerente, junto com definições contraditórias e incompletas." (Bagno, 2004, p 9)

O autor posiciona-se veementemente contra a GN, pois as regras e conceitos impostos por ela, na verdade, martirizam um aprendiz na aquisição de sua língua materna, pois esses preceitos normativos não possuem uma justificativa coerente para seu uso, ou seja, não há um embasamento científico. Logo, a escola deve, segundo o teórico, priorizar o Ensino da Língua Brasileira: " Ensinar o Brasileiro é ter uma visão mais sintonizada com o pensamento científico contemporâneo. É admitir que a gramática tradicional, depois de 2.300 anos de soberania, é uma página virada da história." (Bagno, 2004, p.10)

Percebe-se a preocupação do autor em exterminar a GN, pois o ensinar bem é ensinar para o bem, e, segundo ele, esse ensinar seria abolir definitivamente a gramática tradicional, devendo o professor de Português respeitar o conhecimento intuitivo do aluno, valorizando o que ele já sabe do mundo que o cerca. O ato de ensinar implica em acrescentar e não reprimir.

Numa visão radical, Rocha (2002) quanto ao ensino da GN, posiciona-se de forma extremada, defendendo a exclusão da gramática tradicional no Ensino de

Português, pois o que deve ser ensinado, segundo ele, é a língua a partir de competências linguísticas naturais do estudante, pois o que deve ser considerado não é um manual de regras que, simplesmente, julga o que é certo ou errado, e, o mais importante, segundo o autor, é o fato do falante comunicar-se com uma gramática própria.

Faz-se necessário lembrar ainda que, de acordo com Silva (2004), na década de 60 a escola era um ambiente cultural para uma parcela mínima de estudantes, que estava à disposição de uma comunidade privilegiada socialmente, chamada de classe dominante. E, esses alunos, após o período escolar, além de ter status financeiro, possuíam status no uso padrão da língua materna.

Quando a escola popularizou-se, uma variedade de gramáticas surgiu. E, essa diversidade emergiu de acordo com a classe social dos estudantes. Muitos são os dialetos, muitos são os conhecimentos peculiares da língua, pois cada aluno, com seu aprendizado interno do idioma lançava em sala de aula a sua própria gramática. Assim, tornou-se necessário uma reflexão acerca dessa variedade linguística no ambiente escolar.

Travaglia (1997) conceitua o termo: "gramática de uso" como sendo corrente e com características implícitas, cujo conteúdo assimilado é, segundo ele, não consciente. Essa absorção estrutural da língua dá-se de forma automática. E, essa construção linguística fica à disposição desse falante para a interação comunicativa nas mais diversas situações.

Percebe-se, então, um enorme empecilho ao profissional que leciona Língua Portuguesa, pois enquanto é ensinada uma língua padrão, o professor deve considerar outra língua que o seu aluno traz de seu ambiente doméstico.

Com essa heterogeneidade linguística, pois a língua varia, inexistindo em quaisquer povos uma única forma de comunicar-se (Tarallo, 1996), um conflito cultural é inevitável na escola, gerando uma dificuldade no ensino do idioma.

Essa realidade escolar ocasionada pelas diferenças fonológicas, semânticas e sintáticas remetem-nos a três fatores essenciais, segundo Soares (1992): o geográfico, o sociocultural e o nível de fala.

Já, numa visão ordeira do ensino da língua, em consonância a uma linha pacificadora, Cagliare (1992) afirma que, o falante traz para a escola uma variedade linguística do ambiente em que vive, e, deve ser respeitada durante o ensino da variedade padrão. A partir desse respeito a peculiaridades linguísticas do aluno, tornar--se-ia possível um aproveitamento melhor no ensino do idioma. Esclarecer, também, as modalidades existentes e seus usos, nos mais diversos ambientes, proporcionaria um amadurecimento e cautela por parte do aprendiz, quando necessitasse utilizar sua gramática interna.

Para Lemle (1978) a escola tem o objetivo de direcionar seus alunos a adquirir as mais diversas formas de expressão, não se deve enrijecer a língua priorizando apenas a gramática normativa, mas sim, demonstrar a flexibilidade que a língua proporciona pela sua mutabilidade. Portanto, a escola deverá sempre proporcionar nas Aulas de Português, uma norma padrão acompanhada de uma norma não padrão conforme as circunstâncias.

Ainda numa linha consensualista em relação à GN, percebe-se uma lucidez intelectual quando estudiosos reconhecem que há, sim, variações linguísticas que circundam a Língua Portuguesa, dita oficial, e, que o uso desses modelos são regidos conforme a situação. Como exemplo dessa lucidez linguística, Lima (2013) mostra-se harmonioso ao afirmar,

> "Ademais, não há apenas uma língua portuguesa em funcionamento: há várias, de acordo com a situação que se apresente. A situação de uma prova de redação do ENEM deve ser, disso não tenho dúvida, a da modalidade culta formal, não se admitindo "erros" gráficos que, em outro registro, o informal ou o familiar – um bilhete que a mãe, por exemplo, deixa para o filho antes de sair para o trabalho, pedindo-lhe para não esquecer escovar os dentes após o café da manhã -, são completamente compreensíveis e justificáveis." (Lima, 2013, p. 38)

Nesta citação é possível compreender que a Língua pode, e, deve ter seu uso conforme o ambiente, pois o grau de formalidade dependerá da exigência, ou não, do meio.

Quando se trata de produção textual, quaisquer que sejam os tipos textuais, há especialistas que valorizam em primeiro plano, a criatividade e a capacidade dos alunos na questão de organizar o texto, e, não a correção gramatical. Ou seja, devem-se primar,

segundo eles, os aspectos que visem ao trabalho imaginativo. Nessa linha de pensamento, Lobão explicita

> "Os alunos devem estar cientes que o que está sendo estudado é esta organização do texto, a estruturação de ideias conduzindo a imaginação para a produção de um texto mais trabalhado. O professor, portanto, deve avaliar apenas os pontos associados a esta organização." (Lobão, 2013, p. 23)

Entretanto, o autor reconhece a importância do ensino da Gramática Normativa, quando diz que

> "Veja bem, não estamos falando para não corrigir erros de ortografia ou gramática, mas sim, para ter exercícios específicos onde os alunos aplicarão o que aprenderam sobre estruturação de textos, e outros exercícios onde serão avaliados estes outros pontos – deixando claro o que será avaliado em cada um." (Lobão, 2013, p. 23)

É notório que, embora seja dada prioridade ao aspecto criativo do aluno, percebe-se que a Gramática Normativa tem que ser acionada no processo de produção textual, pelo menos, no campo da formalidade.

Considerada um manual cristalizado, a GN é alvo dos linguistas modernos pela ausência de uma análise crítica, em que fenômenos lá registrados não possuem uma justificativa científica, capaz de seguir uma linha coerente à aplicabilidade de suas regras arbitrárias.

Professores de Língua Portuguesa durante o período acadêmico se deparam com disciplinas voltadas à Linguística: Introdução à Linguística, Sociolinguística, e, em contato com este estudo científico da linguagem, observa a distância ideológica-prática entre a metodologia tradicional do ensino de gramática e as variações linguísticas dessa língua.

Em razão das dificuldades de aprendizado na Educação Básica da GN, professores tendem a justificar, muitas vezes, o desconhecimento das prescrições da língua padrão, através da Linguística, pois essa ciência admite, ainda, na funcionalidade da língua, os seguintes conceitos: **o certo e o diferente.**

Essa inflexibilidade da GN que não considera aspectos sociais e históricos como fatores que dinamizam a língua, provoca turbilhões de críticas quanto ao conteúdo dessa gramática.

Nessa visão, o teórico Geraldi afirma ainda que,

> "As classes gramaticais lhe são apresentadas [ao aluno] a partir de definições, sem que os critérios de classificação sejam explicitados e sem que os objetivos da própria classificação sejam considerados. Aprende nomes de classes, definições, faz exercícios, mas não consegue entender a razão de tais classificações. Obviamente, a teoria gramatical que embasa os estudos escolares não tem critérios muito precisos." (Geraldi, 1996, p. 133)

Os conflitos entre conservadores e linguistas são notórios, isso é indiscutível. Entretanto, é possível observar que há indícios de uma flexibilidade desses cientistas da Língua quanto à necessidade de haver um caminho capaz de resolver esse conflito. Nessa visão conciliatória, Bagno afirma em relação a alguns normativistas.

> "São intelectuais com quem podemos aprender muita coisa, mesmo reconhecendo nossas profundas divergências em relação as suas concepções tradicionais. Estou me referindo a nomes importantes como Celso Cunha, Rocha Lima, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla, Celso Pedro Luft (...)" (Bagno, 2004, p. 76)

Esse reconhecimento intelectual poderá ser o ponto de partida para que essas forças possam conscienciosamente, iniciar uma nova etapa que revolucione o Ensino do Português; propor mecanismos que sejam eficientes e capazes de suprir a deficiência do aprendizado da língua padrão nas escolas.

Também em busca de uma forma consensual para amenizar esse conflito linguístico, Soares (1992) aponta um caminho que seria a realização de um trabalho do professor em sala de aula pautado no ensino bidialetal, ou seja, utilização harmoniosa envolvendo a GN e a gramática interna do aluno.

As questões expostas engendram por um caminho que não deve ser conflitante, mas consensual, como visto. Até porque o aluno vive uma realidade que o impossibilita de aprender com maestria sua língua padrão. Imagine, então, se dada à consciência a este aluno de que existe uma linguística que possibilita diante das estruturas, por exemplo, fono-morfo-sintático, a prática do certo e do diferente? Haveria maturidade intelectual para assimilar tais conhecimentos?

Diante de visões tão divergentes, dicotômicas, o papel da gramática na organicidade da língua é tão grande que a partir dos avanços dos estudos linguísticos foi possível identificar, como visto anteriormente, em duas dimensões gramaticais no que diz respeito à estrutura de uma língua: uma chamada de externa, e, outra, interna.

a) **A gramática externa**, mais conhecida como normativa, seria a que rege o dialeto oficial no qual se exprime a linguagem acadêmica, e dentre essa, a empregada pelas unidades formadoras, pelas ciências, pelas artes, entre outras. Ou seja, uma dimensão da língua, ou um nível desta, portanto, privilegiada em relação às demais do universo de tal língua.

b) **A gramática interna,** objeto de valorização da Linguística**,** seria aquela apreendida espontaneamente através dos atos de fala cotidianos aos quais estão expostos os falantes nativos de uma língua.

Ainda, quanto a Ciência Linguística, ela explica também a coexistência de muitos níveis numa mesma língua. Mesmo disciplinada por uma ou mais gramáticas, uma língua em uso conserva em si certa margem de flexibilidade responsável por sua dinamicidade evolutiva. É essa dinamicidade responsável pelo surgimento das naturais variações que ocorrem dentro de um mesmo idioma. De tais variações, os dialetos (variações faladas por comunidades geograficamente definidas), os idioletos (variação particular de um falante) e socioletos (variações faladas por comunidades socialmente definidas) são as maiores expressões.

Enfim, por serem componentes naturais a todos os idiomas, as variações linguísticas devem ser conhecidas e respeitadas nessa visão discursiva-interacionista, mas nem elas ou as modificações pelas quais passa determinado idioma, devem inibir um grau de apropriação maior do idioma pátrio por parte do falante nativo. E, ele ganha maiores proporções, quando diz respeito ao dialeto oficial da nação, à língua-padrão, pois é por meio dele que são veiculados os produtos mais refinados da cultura desta nação.

A não apropriação dessa dimensão formal da língua implica em marginalidade sociocultural, numa vivência canha da cidadania. Por isso, faz-se necessário que a escola, centro formador por excelência, também possa possibilitar a gradual apropriação de modalidades capazes de suprirem as aspirações da língua pátria às novas gerações.

CAPÍTULO III - PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

3.1 Tipo de Pesquisa

Utilizou-se quanto à tipologia da pesquisa uma abordagem predominantemente quantitativa. Para Minayo e Sanches (1993) no que concerne a visão metodológica, a necessidade tipológica a ser utilizada, no que diz respeito à investigação quantitativa, proporciona, no campo das práticas e objetivos, indicadores e tendências observáveis. Assim, foi possível aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos, processos particulares e específicos do grupo em estudo. Nesta perspectiva, a abordagem quantitativa seria ideal para explicar as ocorrências mais frequentes e comuns de um objeto a ser pesquisado.

Este tipo de abordagem citado, não isenta, além da quantificação, raciocínio lógico, pois, ela não converge a uma incompatibilidade, e, pode em um mesmo projeto de pesquisa atingir seus objetivos, quando utilizados de forma responsável, promove uma compreensão mais elaborada e completa da realidade (Minayo, 2006).

O estudo, segundo seus objetivos, classifica-se como exploratório-descritivo, pois pretende investigar e analisar o nível de conhecimento dos acadêmicos acerca da Gramática Normativa, nos Cursos Superiores de Língua Portuguesa, em cidades da região norte do Estado do Ceará.

Ainda quanto a esta tipologia utilizada neste trabalho, Gil (2002) também enfatiza que os estudos exploratórios visam proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Os estudos exploratórios permitem ao investigador ampliar sua experiência, bem como detectar desvios em torno de um determinado problema. O autor, ainda, afirma que essas pesquisas têm como objetivo a descrição de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relação entre as variáveis.

3.2 Natureza da Pesquisa

A opção de trabalhar com a abordagem quantitativa para o desenvolvimento deste trabalho, deve-se pelo fato de melhor compreender que, muitos questionamentos precisam ser elucidados com uma maior profundidade, no que concerne às características dos resultados das informações, obtidas através de um questionário elaborado com uma precisão quantitativa de conhecimentos. Esta pesquisa, como já fora

dito, classificar-se-á como exploratória – descritiva, uma vez que buscou realizar um apanhado acerca do conhecimento conteudístico de acadêmicos que ingressaram nos Cursos Superiores de Língua Portuguesa - CSLP. Assim, a pesquisa pôde oferecer uma explicação geral sobre um aprendizado dos acadêmicos acerca do fato específico a ser investigado.

3.3 Instrumentos para a Pesquisa

Inicialmente foi enviado um ofício à coordenação do Centro Acadêmico, especificamente, à Coordenação de Língua Portuguesa, solicitando autorização para desenvolver a pesquisa, através de dados estatísticos que subsidiariam o estudo.

Utilizou-se como instrumento para a coleta de dados, um questionário contendo itens, que abaixo serão descritas, referentes ao conteúdo gramatical ministrado no Ensino Fundamental, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, na área de Língua Portuguesa. A escolha do questionário deu-se pela facilidade de obter várias vantagens, dentre elas, temos: a economia de tempo, a obtenção de respostas rápidas e precisas, a segurança e a liberdade nas respostas em razão do anonimato e menos riscos de distorções, pela não influência do pesquisador. É importante ressaltar que, a elaboração do questionário teve um roteiro conforme o discriminado:

a) Inicialmente foi feito um questionamento acerca da importância ou não da GN para o ensino de Português;

b) Parte I – Fonética / Ortografia - mais precisamente as notações léxicas, ou seja, os sinais diacríticos da Língua;

c) Parte II – Morfologia - no que tange a questões taxeonômicas;

d) Parte III – Sintaxe – transitividade verbal;

e) Parte IV – Treino Ortográfico.

3.3.1 Conteúdo da GN utilizado para a Pesquisa

Na busca de encontrarmos um caminho para procedermos à coleta dos dados, inicialmente, foi realizado um estudo do conteúdo gramatical segundo os PCN’s, para que os objetivos do trabalho fossem alcançados.

Em princípio, era preciso saber o posicionamento do sujeito submetido à pesquisa, acerca da importância da Gramática Normativa, como um instrumento indispensável para o ensino da Língua Portuguesa. Para isso, no cabeçalho do questionário havia um campo para que ele pudesse assinalar com uma resposta objetiva de sim ou não. Após esse momento, ele deveria iniciar a resolução dos itens propostos.

Para a elaboração das questões, utilizou-se os conteúdos gramaticais nas áreas da Fonética, Morfologia, Sintaxe e de Análise Ortográfica, divididos em quatro momentos detalhados a seguir:

Parte I – **Fonética / Ortografia:** Dois sinais diacríticos foram postos graficamente para que o sujeito da pesquisa pudesse reconhecê-los e nominá-los. São eles, o acento grave e o apóstrofo. A escolha pela utilização de sinais gráficos dá-se pela importância que têm em uma língua, pois a Fonética é a parte da GN que estuda o fenômeno das unidades distintivas da fala, ou seja, analisa os sons que têm a função de diferenciar significações.

Ainda nesse primeiro momento do questionário, é importante ressaltar que, em um conceito conservador, é possível definir a ortografia (gr. o*rthós* = correto, *ghafia* = escrita) como sendo a parte da gramática que estuda a exata figuração dos sons, ou seja, a correta escrita dos vocábulos. Quanto à divisão do sistema ortográfico, (Almeida, 2005) afirma quanto à fonética que:

> "Consiste na exata e fiel figuração dos sons, escrevendo as palavras tal qual se pronunciam, excluindo da representação gráfica qualquer letra que não tenha valor prosódico e acrescentando outras para que se represente a exata pronúncia." (Almeida, 2005, p.70)

Nesta questão da sonoridade e representação dos sons, (Almeida, 2005) diz que há uma diversidade de função dos sinais diacríticos, pois para ele:

> "Denominam-se notações léxicas (também chamadas ortográficas, fônicas ou prosódicas) os diferentes sinais que se podem apensar aos nossos vocábulos. É diversa a função desses sinais, o que facilmente se depreende do seu estudo. São eles os seguintes: 'o acento agudo que se coloca sobre as vogais para indicar o som aberto; o acento grave, empregado para indicar a crase; o acento circunflexo que indica o som fechado." (Almeida, 2005, p.71)

Sobre o que foi posto, é perceptível uma proximidade conceitual entre Fonética e Fonologia, mas essa ideia é utilizada somente para fins de ordem didática, pois elas são

interdependentes, até porque o estudo do som da fala deve ser complementado pela imposição do seu valor funcional.

Na língua escrita, além das letras do alfabeto, há sinais que auxiliam, como visto, a pronúncia correta das palavras. A essas representações gráficas acessórias da escrita, dá-se o nome de Notações Léxicas ou Sinais Diacríticos, ou seja, sinais capazes de alterar sons em um ambiente vocabular.

No questionário, os sinais solicitados foram: T1FA - Termo 1 da Fonética – item A, com representação no questionário = [`] – acento grave – utilizado para indicar o fenômeno da crase na preposição "a", quando o termo for regente, e, o artigo "a" ou pronome quando o termo for regido. T2FB – Termo 2 da Fonético – item B, com representação no questionário= [’] – o apóstrofo, utilizado para suprimir um fonema, geralmente vogal.

Esta primeira etapa do questionário – a Fonética e Ortografia – é complementada a partir de palavras em que o sujeito da pesquisa deveria justificar a razão pelo qual as palavras apresentadas possuíam acento gráfico. Em um total de quatro termos, assim representados no questionário – Só, Sabiá, Sábia e Acadêmico - foram classificados, para análise, respectivamente, como T3FC, T4FC, T5FC e T6FC (Termo 3 da fonética - item C, Termo 4 da fonética - item C, Termo 5 da fonética - item C e Termo 6 da fonética - item C).

Parte II – **Morfologia:** Nesta segunda etapa do questionário, foi posto ao sujeito da pesquisa, conteúdo que trata sobre a Morfologia (gr. morphê = figura e logia = estudo). Dada à importância das palavras, esse assunto faz referência a sua estrutura e formação, suas flexões e a sua classificação. De acordo com a ideia que esses termos encerram, elas são distribuídas em dez grupos chamados de classes: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

Como objeto da morfologia, utilizado na pesquisa, optou-se pela classe dos verbos, pela sua flexibilidade, ou seja, por ser um grupo da Língua variável em número, pessoa, tempo e modo.

A classe dos verbos possui flexão de **número** por ser capaz de indicar a quantidade de seres envolvidos no processo verbal, podendo flexionar-se no singular e no plural. Os verbos flexionam-se, ainda, em **pessoa** do discurso, na primeira, segunda e

terceira. Quanto ao **tempo**, classificam-se conforme o momento em que se realiza a ação: presente, pretérito e futuro. Tempo presente quando a ação é praticada no mesmo momento em que se fala. Quanto ao pretérito, subdividido em perfeito, imperfeito e mais que perfeito, a ação do verbo é praticada antes do ato da fala. E, o futuro, que indica uma ação ainda a ser concretizada pelo verbo.

A quarta flexão do verbo diz respeito ao **modo,** a forma como o fato se realiza, ou seja, a maneira por que se realiza a ação expressa pelo verbo. São três: indicativo, subjuntivo e imperativo.

O modo indicativo indica que a ação expressa pelo verbo é exercida de maneira definida, quer seja de forma afirmativa, negativa ou interrogativa. Quanto ao subjuntivo, o verbo não tem sentido caso não venha subordinado a outro verbo, pois o primeiro dependerá para ser corretamente compreensivo. Já o modo imperativo indica que a ação verbal se faz com império, súplica.

Os verbos, ainda, podem classificar-se em três grupos de conjugação. O primeiro são os verbos que possuem terminação em –ar; o segundo são os que terminam em –er, e, o terceiro, terminam em –ir.

No questionário utilizado à pesquisa, foi escolhido o verbo – ensinar – pertencente à primeira conjugação. O sujeito da pesquisa deveria conjugá-lo no modo indicativo e tempo pretérito perfeito.

Parte III – **Sintaxe:** Nesta terceira etapa do questionário elaborado à pesquisa, foi utilizado como instrumento para avaliação um conteúdo da sintaxe (gr. *syntáxis* = arranjo), que é a parte da GN que estuda a palavra não em si, como é o objeto da morfologia, mas ela em relação às outras que se unem para exprimir pensamentos. Assim, a sintaxe por estudar a frase em seu ambiente próprio, fenômeno em que uma palavra se relaciona a outra, dá-se o nome de análise sintática.

O que foi posto à prova ao sujeito, envolvido na pesquisa, diz respeito à transitividade de verbos. Uma oração, frase que se estrutura em torno de um verbo, pode exigir um complemento ou não para seu termo que expressa ação. Diante dessa ideia, surge a classificação dos verbos: intransitivo, transitivo e de ligação, que, segundo Almeida (2005):

> "Os verbos dividem-se, pois, em dois importantes grupos: verbos de predicação completa e verbos de predicação incompleta; verbo de predicação completa é o que não exige nenhum complemento, ou seja, é o que tem sentido completo, chamado de intransitivo. Outra classe de verbos, bastante diferente dessa, é a dos verbos de predicação incompleta, isto é, verbos que exigem depois de si um complemento, ou seja, um termo que lhes complete o sentido. Tais verbos se chamam transitivos." (Almeida, 2005, p.155)

Esses verbos que necessitam de um complemento, os chamados transitivos (lat. *transire* = passar), classificam-se em transitivos diretos e transitivos indiretos. O VTD – verbo transitivo direto – é aquele cuja ação passa diretamente para a pessoa ou coisa que recai. Enquanto o VTI – verbo transitivo indireto – liga-se a seu complemento por uma preposição.

Ainda, quanto à classificação dos verbos, há o terceiro grupo, o VL - verbo de ligação - aquele que não expressa uma ação, sendo vazio de significado, Almeida (2005) define:

> "Quando dizemos 'Pedro é bom', não atribuímos a Pedro nenhuma ação, e, sim, uma qualidade, a de ser bom. Tais verbos são também de predicação incompleta, e, conseguintemente, requerem um complemento, com a diferença de ser este constituído de qualidade e não de pessoa ou coisa." (Almeida, 2005, p.156)

No planejamento do questionário, foram elaboradas três orações em que eram solicitadas a transitividade dos verbos: saíram, gostam e contam. Em cada período foram dadas três alternativas, devendo o investigado assinalar somente uma. É importante ressaltar que, as orações postas na pesquisa são classificadas como período simples, pois em cada uma delas há somente uma oração, ou seja, um único verbo. Essa necessidade de simplificar as frases deu-se pelo fato de obedecer aos conteúdos da GN, conforme o programa dos PCN's do Ensino Fundamental.

Na análise dos dados coletados foram utilizados, como forma de representação, os termos O1SA, O2SB, O3SC (Oração 1 da sintaxe – item A, Oração 2 da sintaxe – item B e Oração 3 da sintaxe – item C).

Para a O1SA foi utilizada a oração: " Os professores saíram apressados ". Na O2SB, foi elaborado o período: " As crianças gostam de livros ". E, para o período seguinte, O3SC: " Os viajantes contam suas aventuras".

Parte IV – **Treino Ortográfico:** Nesta última etapa do questionário aplicado, buscou-se analisar o domínio ortográfico de palavras com grau de dificuldade baixa. Foram selecionadas seis palavras para que os sujeitos da pesquisa pudessem registrá-las em espaço apropriado na folha. Durante este momento, o investigador observou se todos estavam atentos para o início do ditado. Após consultar, e, obter um retorno de que estavam prontos, foi dado início. Vale salientar que, a cada palavra proferida, houve um cuidado em repeti-la por três vezes de forma lenta, para que não houvesse dúvidas quanto ao vocábulo que estava a ser trabalhado. Entre uma palavra e outra, era dado um tempo necessário para que todos pudessem acompanhar de forma sincronizada esta etapa da pesquisa.

Na análise dos dados coletados foram utilizados, como forma representativa, os termos T1D, T2D, T3D, T4D, T5D e T6D (Termo 1 do ditado, Termo 2 do ditado, Termo 3 do ditado, Termo 4 do ditado, Termo 5 do ditado e Termo 6 do ditado) que fazem referência as palavras 'ascensão', 'concessão', 'sensacionalismo', 'apaziguar', 'concertar' (sentido de estar de acordo) e, 'viajem' (forma verbal) respectivamente.

A opção pelas palavras acima registradas deu-se pela necessidade de analisar o conhecimento ortográfico do acadêmico, com relação a palavras que contenham sons e letras correspondentes, pois a língua portuguesa, por exemplo, põe o fonema / s / nas mais diversas representatividades: "s = salto : casa - ss = cassa - c = caça - sc = crescer - sç = cresça - xc = exceder e x = exalar".

Ainda nessa questão de treino ortográfico, foi solicitado ao sujeito da pesquisa um conhecimento básico de palavras parônimas, ou seja, vocábulos semelhantes na escrita, mas com significação diferente. Logo, na lista do treino ortográfico foram colocadas: 'concertar' e 'viajem', em que o sujeito deveria ter um saber básico quanto ao campo semântico dessas palavras, ou seja, conhecer a variedade de significados que as palavras, muitas vezes, podem ter.

Nessa questão da ortografia é importante saber que na visão tradicional de ortografia, o ensino escolar, período básico, não admite o modo diferente de o aluno grafar as palavras, pois na visão conservadora há tão somente o certo e o errado, estivesse ou não, ele no início de apropriação da escrita. Já na concepção da sociolinguística, por exemplo, é essencial a adoção de uma postura contrária, de respeito

à variação linguística, posto existir o certo, o errado e o diferente em um ambiente escolar de aprendizagem.

Adotar um meio termo seria uma decisão pacífica, pois se deve reconhecer e respeitar a expressividade pessoal, porque é natural que uma criança durante o processo que principia a alfabetização, esteja cercada de dúvidas ortográficas. Mas também, deve-se colocá-la no caminho que a língua mãe impõe. É nessa questão que se pode dizer quanto a Ortografia: ela não é uma transcrição da fala, mas sim, uma reprodução de uma forma escrita da fala.

Há algumas décadas, defendia-se o aprendizado da ortografia como uma forma baseada tão somente na memorização. É claro que, esse método exerce um papel importante, mas não se torna a essência nesse processo.

A partir de estudos focados na Psicolinguística, percebeu-se a complexidade do assunto, pois o léxico de cada língua, as habilidades do aprendente, bem como o meio, são características fundamentais ao processo do ensino-aprendizagem.

Atualmente, sabe-se também que o bom desempenho ortográfico é influenciado pela fala do aluno, bem como pelo poder que ele exerce em assimilar o sistema fonológico que sua língua impõe. Logo, é compreensivo, através de uma análise, entender a premissa de que, quando se faz referência a escrita, deve-se saber a posição da língua oral, pois ela está em um plano superior, em relação à língua escrita. Percebe-se, então, que, durante o processo, realiza-se uma transcrição da oralidade para o impresso, embora pela peculiaridade de cada língua, muitas vezes não se transcreve adequadamente.

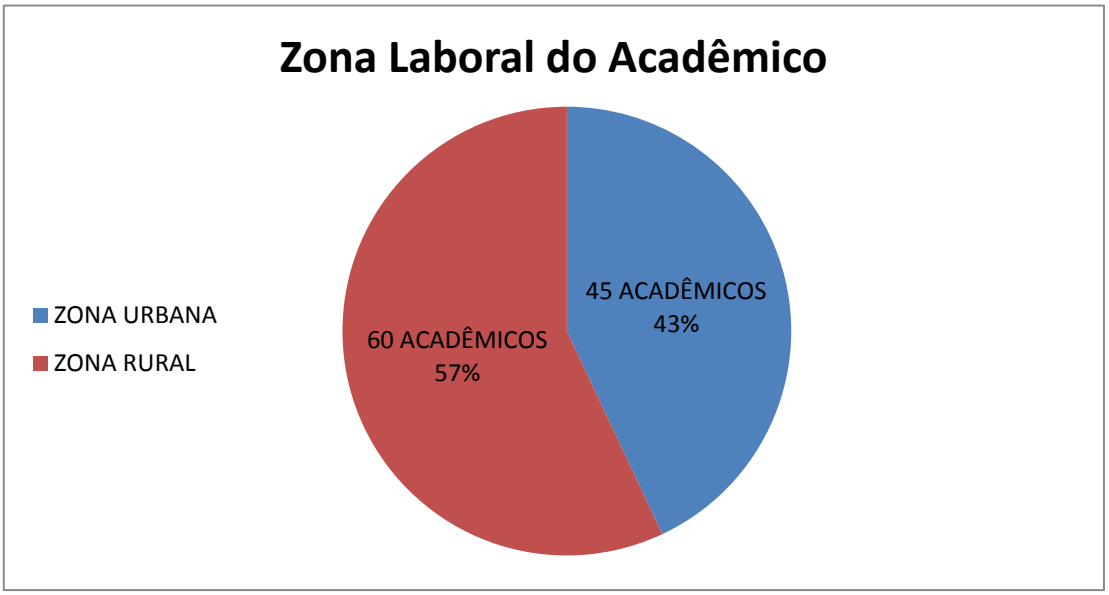
3.4 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos submetidos ao questionário, 105 (cento e cinco) acadêmicos, não foram submetidos a quaisquer restrições quanto a seu status social, faixa etária e área de domicílio. Em virtude de implicações legais, e a fim de manter princípios éticos, as identidades dos sujeitos foram mantidas em sigilo e as informações confidencialmente garantidas. Todos os indivíduos, que pertenciam às turmas onde foram aplicados os questionários, submeteram-se a pesquisa, tendo ciência verbalmente dos objetivos e receberam todas as informações necessárias quanto à utilização de seus questionários, conforme acordado, e, que o trabalho seria realizado em caráter exclusivamente

científico (livros, artigos para publicação em periódicos e relatórios), elaborados somente pelo pesquisador e orientador.

Ainda, no que diz respeito aos sujeitos envolvidos na pesquisa, é importante registrar o quantitativo da área ao qual pertencem os envolvidos no trabalho de campo. Conforme gráfico 1 abaixo, é possível observar que cinquenta e sete por cento da população atuam, enquanto profissionais, na zona urbana, portanto, recebendo um melhor aparato ao exercício da função, além de terem à disposição um acervo bibliotecário que subsidiam à pesquisa, pois as escolas localizam-se na sede. Em contrapartida, quarenta e três por cento, ainda, devem se deslocar ao campo, zona rural, comprometendo a qualidade de ensino ministrada em sala de aula, pois em alguns trajetos das cidades pesquisadas, o acesso às escolas é íngreme, logo, os profissionais chegam cansados, muitas vezes, para ministrar suas aulas de Língua Portuguesa.

Gráfico 1 – Área de atuação do acadêmico quanto ao exercício de sua profissão no magistério.

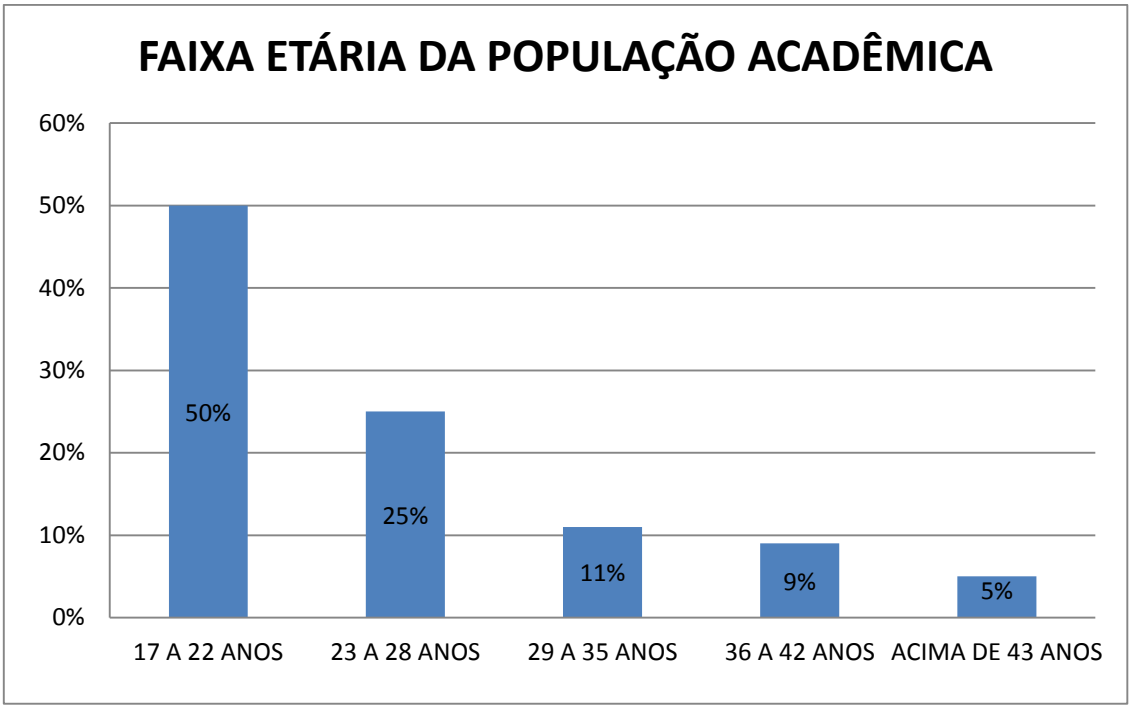


Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

Quanto à faixa etária da população pesquisada – ver gráfico 2 - pode-se observar que cinquenta por cento dos indivíduos possuem uma idade compreendida entre 17 a 22 anos, ou seja, um valor relativamente elevado que, traduz uma quantidade de jovens acadêmicos. Na faixa de 23 a 28 anos foi registrado um valor de vinte e cinco por cento. Em terceiro lugar, neste estudo etário, estão os indivíduos de 29 a 35 anos com um

quantitativo de onze por cento. Já em quarto lugar, encontram-se sujeitos que possuem entre 36 a 42 anos, com nove por cento. Finalmente, com idade de 43 anos acima foram submetidos ao questionário cinco por cento da população acadêmica.

Gráfico 2 – Faixa etária dividida em cinco níveis dos sujeitos submetidos à pesquisa.



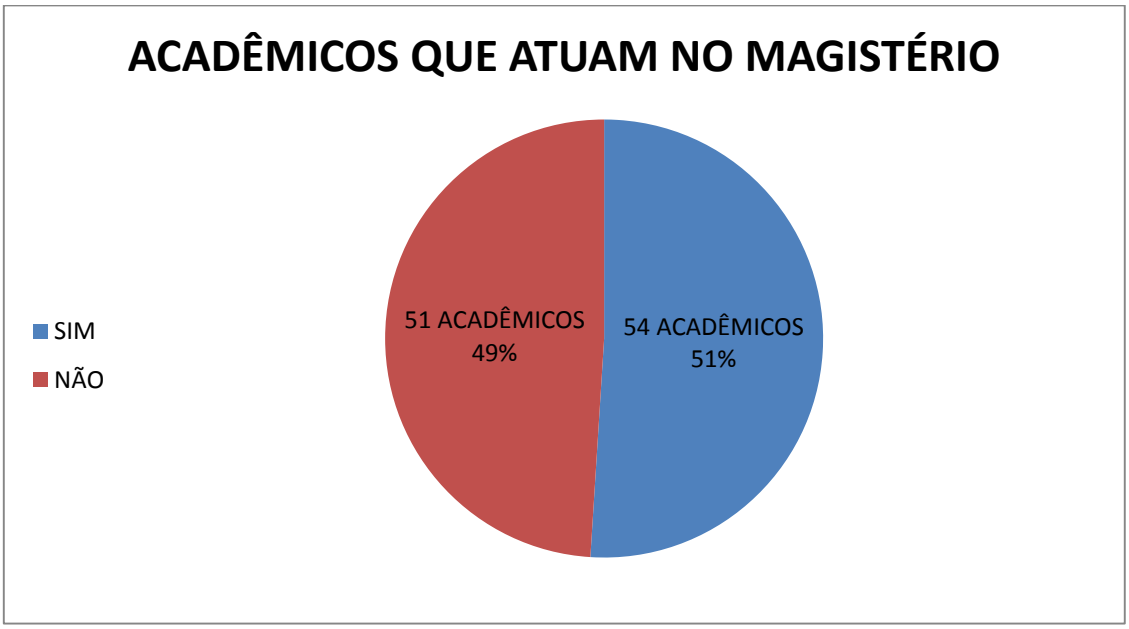
Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

Ainda quanto à população acadêmica pesquisada, em conformidade ao gráfico 3 abaixo, há um valor relevante de sujeitos que, no período da realização da pesquisa de campo, exerciam função de professor em estabelecimentos de ensino, seja da rede municipal, valor significativo; estadual, valor mediano, ou, privada; este em um quantitativo sem expressividade. Logo, havia uma necessidade de conciliar trabalho aos estudos nos cursos de ensino superior, em faculdades de Língua Portuguesa.

Em observância ao quadro seguinte, 51% dos acadêmicos envolvidos na pesquisa, atuam em sala de aula como professores na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, abrangendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura, Redação e Artes.

E, acadêmicos que cursam o Ensino Superior em Língua Portuguesa, e, não se encontram exercendo a função no magistério, são um percentual de 49% dos pesquisados, portanto, ainda não conhecem a realidade de uma escola na questão do ensinar.

Gráfico 3 – Percentual de acadêmicos pesquisados que atuam exercendo função no magistério.



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

3.5 Procedimentos para Coleta de Dados

As informações foram coletadas a partir de questionário estruturado com perguntas de cunho autoaplicável, contendo questões referentes a conteúdos do Ensino Fundamental, conforme PCN's, da Gramática Normativa.

O questionário foi respondido pelos acadêmicos dos Cursos de Língua Portuguesa, atuantes em Instituições credenciadas nos municípios situados no norte do Estado do Ceará, onde foi selecionada uma turma por cidade.

No Questionário, houve uma preocupação para que cada questão fosse perfeitamente clara, sem nenhuma ambiguidade e que o sujeito da pesquisa soubesse exatamente o que se esperava dele, ou seja, que ficasse a vontade no momento das respostas. Outro princípio básico que também foi levado em consideração, diz respeito a

uma atenção durante a formulação das perguntas, para evitar o uso de expressões linguísticas que não fossem familiares ao inquirido.

A elaboração e a formulação de questões constituíram uma fase crucial do desenvolvimento da investigação. O questionário desenvolvido foi baseado em uma extensa e profunda revisão bibliográfica, ou seja, houve um cuidado para que o conteúdo fosse desenvolvido dentro de um claro referencial teórico para não comprometer os resultados obtidos, até porque todo o conteúdo foi de grande relevância aos objetivos deste estudo.

É importante justificar a escolha de questionário pelas várias vantagens de se trabalhar com esse instrumento para a coleta de dados, dentre eles, temos: a economia de tempo, a obtenção de respostas rápidas e precisas, a segurança e a liberdade nas respostas em razão do anonimato e, menos riscos de distorções, pela não influência do pesquisador.

3.6 Procedimentos para Análise de Dados

Os dados avaliados seguiram uma linha através da estatística descritiva e inferencial. Para as perguntas foram utilizadas uma análise de conteúdo temática, identificando frequência, expressões ou palavras significativas e/ou categorias que especificassem temas relacionados às variáveis estudadas (Minayo, 1993).

Na fase descritiva, com o intuito de explorar os dados referentes, foram utilizadas tabelas para apresentação dos valores e gráficos para apresentação das distribuições, tendências e relacionamentos entre variáveis.

Para o processo de análise dos dados, houve a exploração de informações referentes a variáveis específicas, incluindo a identificação da quantidade de não--respostas.

E, no tocante ao trabalho de percurso metodológico, houve em todas as instâncias da pesquisa respeito aos procedimentos éticos. Cabe, ainda, ratificar, esclarecer que todo o trabalho desenvolvido não trouxe riscos aos sujeitos envolvidos, já que não se realizou nenhuma intervenção que pudesse afetar fisiológica, psicológica ou socialmente os participantes da pesquisa.

3.6.1 Relevância da Análise de dados através de Gráficos

A interpretação dos gráficos estatísticos apresentados neste trabalho, aborda o perfil de uma população acadêmica que ingressou nos Cursos de Língua Portuguesa, quanto ao conhecimento básico da Gramática Normativa, cujo conteúdo elaborado e aplicado faz referência ao plano pedagógico do Ensino de Primeiro Grau – Ensino Fundamental.

A razão da escolha de uma linguagem gráfica possibilitou ao investigador uma organização de dados que visassem estabelecer uma conclusão simples, precisa e dinâmica, pois essa forma de análise torna possível clarificar informações verdadeiras e seguras. Esse recurso, chamado gráfico, que requer um conhecimento matemático, possibilitou conhecer os problemas em estudo e, auxiliaram na busca de sugestões à problemática. Assim, Bassanezi (2002) afirma que "a modelagem matemática consiste na arte de transformar problemas reais com os problemas matemáticos e resolvê-los interpretando suas soluções na linguagem do mundo real."

Vale ressaltar que, na análise dos gráficos aqui apresentados, utilizou-se predominantemente, quanto à tipologia de dados, as variáveis aleatórias categóricas, ou seja, gráficos que produzem respostas de forma objetiva.

3.7 Cenário do Estudo

Para uma melhor compreensão da área da federação onde fora realizada a pesquisa, convém informar que o presente estudo teve como ambiente, municípios que compõem a região norte do Estado do Ceará, sendo eles: Bela Cruz, Itarema e Miraíma. Como dados estatísticos, o Estado possui 8.547.750 milhões de habitantes, distribuído em 184 municípios, que representa aproximadamente 15,9% do Nordeste e 4,5% da população do Brasil. Cerca de 72,77% da população residem em áreas urbanas. Há no Ceará predominância do sexo feminino com 51,2% do total e a faixa etária de 0 a 29 anos, compreende 57% dos habitantes. A população economicamente ativa abrange 54,5% dos habitantes do estado (Brasil, Ipece, 2011).

As cidades, onde foram aplicados os questionários, atenderam, conforme previsão em Projeto de Pesquisa, aos seguintes itens: serem geograficamente pertencentes à região norte do Estado, e, que oferecessem Curso Superior de Língua Portuguesa, em Instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC.

O estudo foi desenvolvido nos Municípios de Bela Cruz, Itarema e Miraíma, situados no estado do Ceará. O motivo de ser realizada a pesquisa nessas cidades dá-se por todas elas atenderem ao roteiro pré-definido no Projeto de Pesquisa e, distarem não mais de duzentos e cinquenta quilômetros da capital Fortaleza.

Assim exposto, como forma de descrever a realidade educacional, no que diz respeito à Educação Básica, das cidades onde foram cenários da pesquisa, serão apresentados dados relativos ao último Censo Escolar de cada município.

Esse Censo é um levantamento estatístico-educacional realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A coleta de informações abrange as seguintes modalidades: Ensino Regular (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Segundo o Inep, as informações são utilizadas para uma melhor distribuição de recursos, tornando-se essencial à elaboração e execução de programas para a tomada de decisões de políticas-públicas.

> "Essas informações [censo escolar] são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferências de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniforme, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, dinheiro direto da escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB." (http://portal.inep.gov.br/basica-censo. acesso em 20 de agosto de 2013.)

Portanto, através de indicadores como o censo escolar, o Ministério da Educação consegue detectar e posicionar-se acerca de problemas que, por ventura, venham a contribuir pelo insucesso na qualidade de ensino. Vale ressaltar que, dos recursos aplicados através do Fundeb, cada estado distribui esses recursos através de seu próprio fundo, conforme o número de matriculados em sua rede de Educação Básica.

Esse método serve para distribuir melhor os recursos pelo País, já que leva em consideração o tamanho das redes de ensino. Quanto maior a demanda de alunos, maior os recursos destinados. Quanto à origem, o fundo recebe verbas dos governos federal, estadual e municipal, provenientes de uma série de impostos amparados por lei.

A seguir, um mapa da primeira cidade onde fora realizada a pesquisa envolvendo os acadêmicos:

Mapa 1: Localização da primeira cidade onde foi realizada a pesquisa: Bela Cruz - Ceará:



A cidade de **Bela Cruz**, situada na mesorregião noroeste do estado, dista 245 km da capital Fortaleza. Ocupa uma área territorial de aproximadamente 843 Km² com uma população de 30.878 habitantes, segundo o IBGE 2010. Pertencente à região norte do estado do Ceará, de vegetação típica do semiárido, a caatinga, possui como principal distrito: Prata, e, com os seguintes municípios circundantes: Marco, Cruz, Jijoca de Jericoacoara e Acaraú.

Quanto à Educação, Bela Cruz possui um contigente de 8.183 alunos matriculados na educação básica, distribuídos nas seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil - Creche; 549 e no Pré-Escolar; 848. Ensino Fundamental; 5.062, e, no Ensino Médio; 1.724, conforme último censo realizado pelo Inep - 2012.

Gentílico: belacruzense

Eventos: Setembro - Festa de são Vicente de Paula

Outubro - Último Sábado do mês - Festa do Caju

Dezembro - Festa da Padroeira

Mapa 2: Localização da segunda cidade onde foi realizada a pesquisa: Itarema - Ceará:



A cidade de **Itarema**, também situada na mesorregião noroeste do estado, dista 204 km da capital Fortaleza. Ocupa uma área territorial de aproximadamente 721 Km², com uma população de 37.471 habitantes, segundo o IBGE 2010. Possuidora de uma vegetação típica do semiárido, a caatinga, possui como principais distritos: Almofala e Carvoeiro. Tem como áreas circundantes ao Norte, o Oceano Atlântico, ao Sul, a cidade de Acaraú, a Leste, o município de Amontada, e, a Oeste, ainda área territorial de Acaraú.

Quanto à Educação, Itarema possui um contigente de 13.515 alunos matriculados na educação básica, distribuídos nas seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil - Creche; 918 e no Pré-Escolar; 1.421. Ensino Fundamental; 8.653, e, no Ensino Médio; 2.523, conforme último censo realizado pelo Inep - 2012.

Gentílico: itaremense

Eventos: Janeiro 2ª quinzena - Festa do Coco / Fevereiro - Aniversário do Município Junho - último final de semana - Festival de Quadrilhas - 2ª quinzena - Festival da Cultura do Município / Outubro 12 e 13 - Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima.

Mapa 3: Localização da terceira cidade onde foi realizada a pesquisa: Miraíma - Ceará:



A cidade de **Miraíma,** situada na mesorregião noroeste do estado, dista 184 km da capital Fortaleza. Ocupa uma área territorial de aproximadamente 766,1 Km², com uma população de 12.800 habitantes, segundo o IBGE 2010. Possui uma área de 0,45% em relação ao Estado, com uma altitude de 80 m acima do nível do mar, de vegetação típica do semiárido, a caatinga, possui como principais distritos: Brotas, Riachão, Juremal, Bom Jesus, Poço da Onça. Tem como municípios circundantes ao Norte, a cidade de Amontada, ao Sul, Irauçuba, Leste, Itapipoca, e, ao Oeste a cidade de Santana do Acaraú.

Quanto à Educação, Miraíma possui um contigente que inclui a sede do município e localidades distritais de 4.862 alunos matriculados na educação básica, distribuídos nas seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil - Creche; 279 e no Pré-Escolar; 451. Ensino Fundamental; 3.338, e, no Ensino Médio; 794, conforme último censo realizado pelo Inep - 2012.

Gentílico: miraimense

Eventos: Junho 29 - Festa do Padroeiro - São Pedro

CAPÍTULO IV - RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Análise e discussão dos resultados da Pesquisa

Os dados foram analisados através dos resultados obtidos na aplicação do questionário, sendo posto a cada questão um gráfico estatístico com os valores percentuais e quantitativos do número de acertos e erros dos sujeitos envolvidos neste trabalho.

Ao entregar o material, foi solicitado que, inicialmente, o sujeito analisasse ao questionamento feito acerca da importância da Gramática Normativa. Após uma posição, ele [o pesquisado] deveria assinalar sim ou não a seguinte pergunta inicial do questionário: "A Gramática Normativa é um instrumento indispensável para o ensino da Língua Portuguesa?".

Explica-se esse momento, pela necessidade de se conhecer do acadêmico sua posição acerca da importância da GN, como instrumento essencial ao professor para o ensino de Língua Portuguesa. É possível, através do gráfico 4, conhecer os resultados obtidos:

Gráfico 4 – Percentual de acadêmicos que responderam sobre a importância da GN.



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

Neste procedimento inicial do trabalho, observa-se que há uma concordância, em sua maioria, quanto à relevância da Gramática Normativa ao ensino de Língua Portuguesa. Como visto, 97% dos sujeitos, ou seja, um quantitativo de 102 acadêmicos são conscientes de que esse manual de regras e conceitos é um instrumento indispensável em sala de aula, sem ela, inviabilizar-se-ia o ensino do idioma.

Quanto a essa visão tradicional, (Almeida, 1981) enfatiza a importância da GN, dizendo que " Longo é o prazo de cura de todas as fraquezas linguísticas depois que rígidas aulas de português foram substituídas por balofas aulas de comunicação ".

Nessa perspectiva de que a GN é um livro importante ao ensino da língua, percebe-se uma convergência ideológica dos entrevistados com relação ao estudioso, pertencente a uma linha conservadora que defende a língua como um sistema circundado de conceitos e regras essenciais à sua existência, e, que, toda aula de português, segundo ele, deve ser pautada de disciplina. Enquanto, um ensino voltado somente à comunicação, em que aja um desprezo a esse manual prescritivo, o idioma torna-se vulnerável e comprometido pelo mau uso da metodologia aplicada.

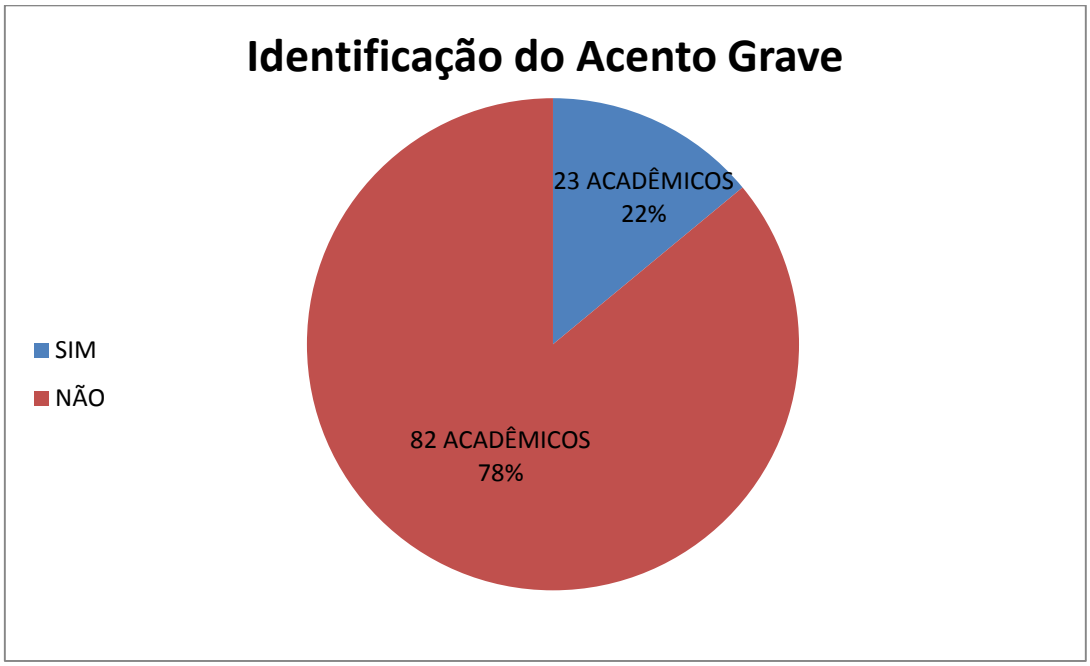
Em oposição à questão da importância da GN, constatou-se que apenas três por cento dos sujeitos responderam que, ao aprendizado da língua, não há necessidade de um livro com seus conceitos, com suas regras. Ou seja, observa-se uma visão interacionista desses sujeitos, pautada nas ideias linguísticas, em que ao aprendizado da língua não exige esses manuais normativos. Para esses acadêmicos, há necessidade apenas de trabalhar a gramática interna dos alunos, pois um estudo descritivo do idioma seria suficientemente capaz de suprir as carências comunicativas dos falantes.

Diante do resultado sobre a importância da GN, em que se observa um valor significativo de aprovação desse manual prescritivo, espera-se que os sujeitos, em uma posição acadêmica, sejam agentes conhecedores de um conteúdo normativa da língua, capazes de produzir textos que respeitem a norma padrão. E, para constatarmos esse perfil, a seguir, serão demonstrados os resultados de aplicação do questionário, divididos em cinco etapas, com assuntos que mensurarão o saber em nível de ensino básico.

Parte I: Identificação de notações léxicas – T1FA / T2FB

Acentuação Gráfica - T1FC / T2FC / T3FC / T4FC

Gráfico 5 – Percentual de acadêmicos que se submeteram a identificação da notação léxica T1FA (`)



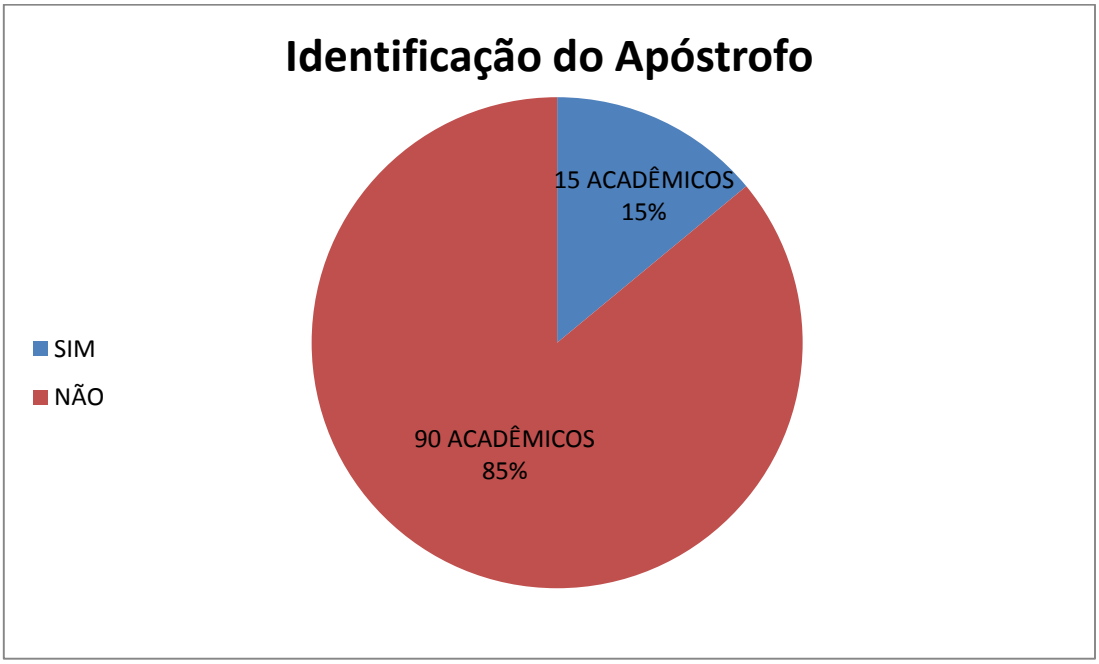
Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

A questão abordou os conteúdos sobre representações gráficas. O T1FA – Termo 1 da Fonética – Item A, foi posto para que o sujeito tão somente identificasse o acento. Os dados estatísticos apresentados – gráfico 5 – comprovam que 78% dos envolvidos na pesquisa, em oposição a 22%, desconhecem esse sinal gráfico que representa um fenômeno da língua de fusão-contração de letras. Esses números alarmantes ratificam a necessidade de ter-se uma atenção especial aos sinais diacríticos nesse período colegial em que é visto esse conteúdo.

É importante ressaltar que, nessa questão não foi solicitado o emprego do acento grave, mas, que o acadêmico apenas nominasse esse sinal gráfico. O que ainda faz necessário registrar é uma confusão acerca do conceito de crase e o sinal que o representa, pois muitos dos sujeitos chamaram esse acento de "crase", sendo possível perceber a forma errônea com que aprenderam nas aulas de Língua Portuguesa.

Essa primeira observação é relevante, pois foi detectada uma deficiência no ensino quanto ao assunto, porque se faz necessário que o professor de Português seja claro quanto ao conteúdo ministrado, devendo, durante suas explicações, enfatizar o que seja crase e, o que representa esse fenômeno. Portanto, conclui-se que este conteúdo deve, de fato, ser revisto, pois há necessidade de retomar alguns conceitos e procedimentos relacionados a esse assunto.

Gráfico 6 – Percentual de acadêmicos que se submeteram a identificação da notação léxica T2FB (')



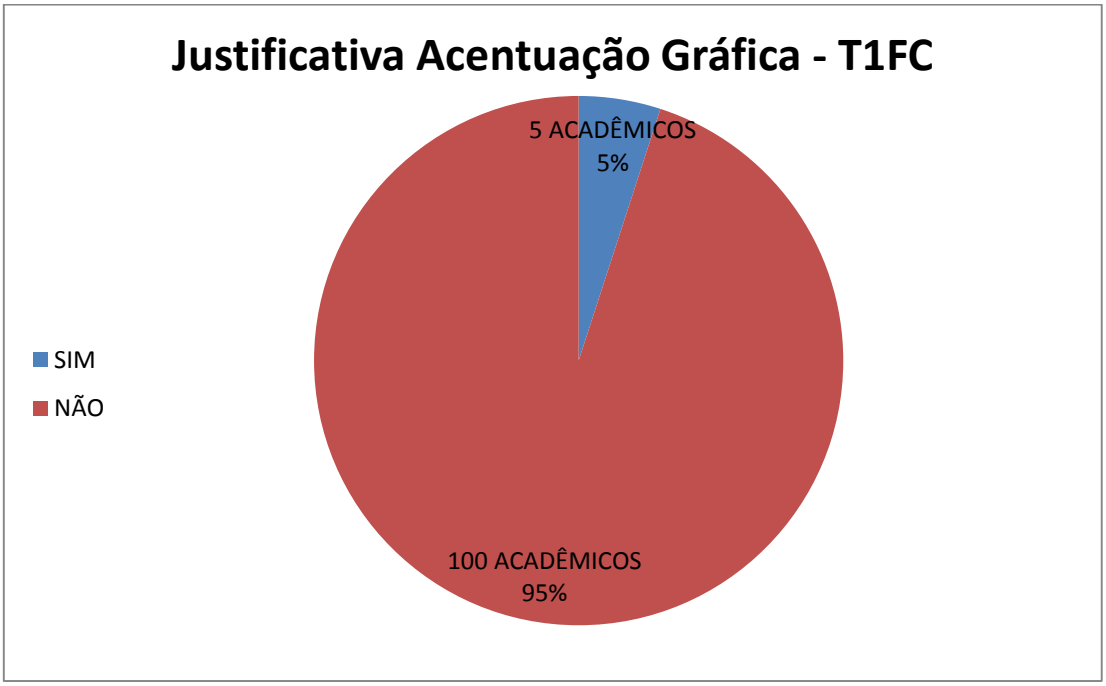
Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

Já esse item abordou o conteúdo sobre representações gráficas, no que concerne a representação que possui a função de suprimir termo ou ideia, ou seja, é o sinal utilizado para cindir graficamente uma contração ou aglutinação vocabular (Volp, 2008). O T2FB – Termo 2 da Fonética – Item B, foi posto para que o sujeito identificasse o apóstrofo. Os dados estatísticos apresentados – gráfico 6 – comprovam que 85% dos envolvidos na pesquisa, em oposição a 15%, desconhecem esse sinal que representa uma importante ferramenta da Língua Portuguesa, utilizada durante a produção de textos. Também impressiona esse percentual já que os números ratificam a necessidade de revisão acerca da forma de condução nas aulas sobre o conteúdo.

Não obstante do T1FA, esse item, T2FB, não foi pedido o emprego do sinal, mas, somente que o acadêmico reconhecesse a notação léxica. Essa segunda observação é relevante, pois também foi detectada uma deficiência no ensino, pois o profissional na Área de Linguagens e Códigos deve rever os procedimentos para o ensino desse conteúdo.

Os gráficos 7, 8, 9 e 10, a seguir, fazem referência às regras de Acentuação Gráfica:

Gráfico 7 – Percentual de acadêmicos que se submeteram a justificativa do acento gráfico T1FC



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

Ao Termo 1 da Fonética – item C, foi solicitado que, após análise quanto à tonicidade e número de sílabas, o sujeito deveria justificar o acento gráfico da palavra "só". Entretanto, é salutar que seja realizado um comentário acerca da classificação das palavras da Língua Portuguesa quanto ao número de sílabas e quanto à posição da sílaba mais intensa, ou seja, da sílaba tônica.

Conforme o número de sílabas, as palavras na Língua Portuguesa classificam- -se em:

– MONOSSÍLABAS: São as palavras que possuem apenas uma sílaba.
exemplo: pá, pé e pó.
– DISSÍLABAS: São as palavras que possuem duas sílabas.

exemplo: amor, livro e lápis.
– TRISSÍLABAS: São as palavras que possuem três sílabas.
exemplo: cadeira, Portugal e riqueza.
– POLISSÍLABAS: São as palavras que possuem quatro ou mais sílabas.
exemplo: acadêmico, losófono e qualidade.

Quanto à posição da sílaba tônica, classificam-se em:
– OXÍTONAS – São aquelas cuja sílaba tônica recai sobre a última sílaba.
exemplo: caju, chuchu e baú.

– PAROXÍTONAS – São aquelas em que a sílaba tônica se evidencia na penúltima sílaba.
exemplo: carteira, bandeira e colégio.

– PROPAROXÍTONAS ou ESDRÚXULAS - São aquelas em que a silaba tônica se evidencia na antepenúltima sílaba.
exemplo: preâmbulo, estética e vocábulo.

Diante desses esclarecimentos, o primeiro termo (T1FC) a ser apreciado, como dito anteriormente, foi "só". Essa palavra possui uma sílaba, portanto é uma monossílaba, e, por ser acentuada, necessariamente é uma tônica. Logo, deveria ser registrado no espaço próprio do questionário que, a palavra "só" é acentuada por ser uma monossílaba tônica terminada em 'a'.

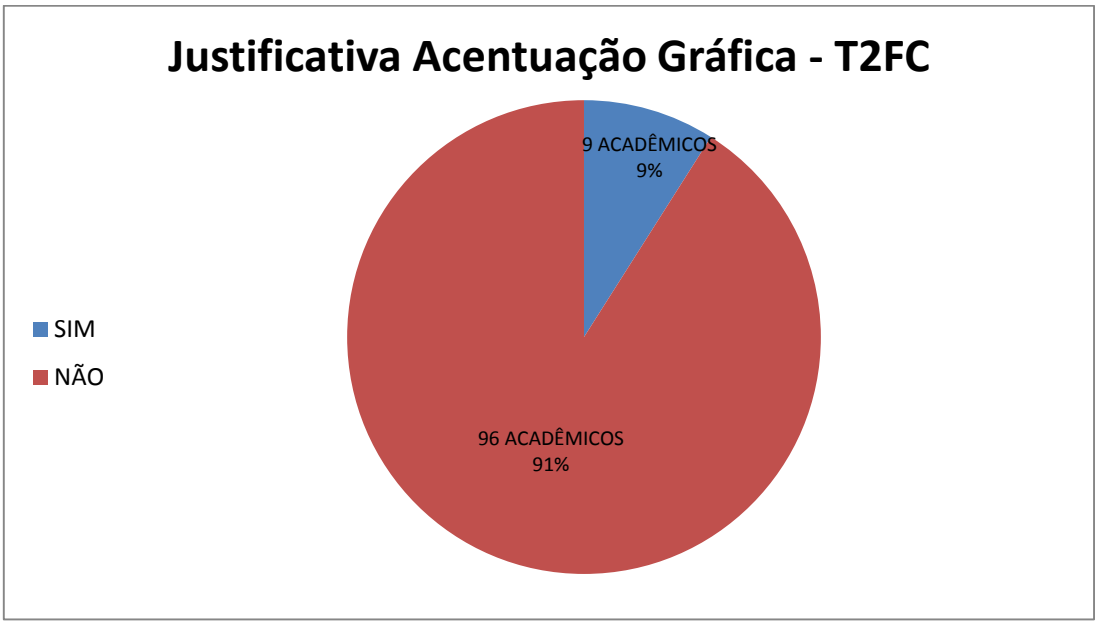
Os dados estatísticos apresentados acima – gráfico 7 – comprovam que 95% dos envolvidos na pesquisa, em oposição a 5%, desconhecem a justificativa dos acentos das palavras monossílabas terminadas em 'a'. Percentual este elevada para um item que envolve um termo com apenas uma única sílaba.

Importante, ainda, registrar que, durante a análise, percebeu-se uma resposta recorrente quanto à justificativa do acento, pois o termo 'só' era classificado como sendo uma oxítona. Entretanto, inexistem monossílabas que sejam oxítonas, já que as primeiras possuem apenas uma única sílaba.

Então, vejamos, os exemplos abaixo que traduzem o deslize cometido pelos sujeitos da pesquisa, ao infringirem uma regra básica de acentuação gráfica:

Exemplo 1:
- pó: é acentuado por ser uma monossílaba tônica terminada em 'o';
Exemplo 2:
- cipó: é acentuado por ser uma oxítona terminada em 'o'.

Gráfico 8 – Percentual de acadêmicos pesquisados que se submeteram a justificativa do acento gráfico T2FC



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

A segunda palavra da lista "sabiá", T2FC, também deveria, após análise quanto à tonicidade e número de sílabas, justificar o acento gráfico. Esse termo possui três sílabas, portanto é uma trissílaba. Assim, diante da regra das oxítonas; a resposta correta a ser registrada seria que, toda palavra oxítona terminada em 'a' é acentuada.

Convém lembrar que, o T2FC possui uma particularidade capaz de traduzir em um fenômeno chamado 'deslocamento de tonicidade em consonância a pronúncia', pois é possível a partir das mesmas letras, modificar o campo semântico da palavra: sábia – sabia – sabiá.

Quanto aos dados estatísticos apresentados acima – gráfico 8 – comprovam que 91% dos sujeitos pesquisados, desconhecem a regra que contempla as oxítonas, enquanto, apenas 9% dos acadêmicos têm ciência das regra.

A seguir, serão registradas as duas principais respostas recorrências dos erros coletados durante a análise: 'porque é uma tônica' – o sujeito percebe que o acento indica a tonicidade, entretanto, desconhece que a palavra oxítona terminada em –a é acentuada; 'porque é uma oxítona' - o sujeito, agora, identifica a posição da sílaba tônica, mas desconhece que essa posição, terminada em –a, deve ser acentuada.

Gráfico 9 – Percentual de acadêmicos que se submeteram a justificativa do acento gráfico T3FC



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

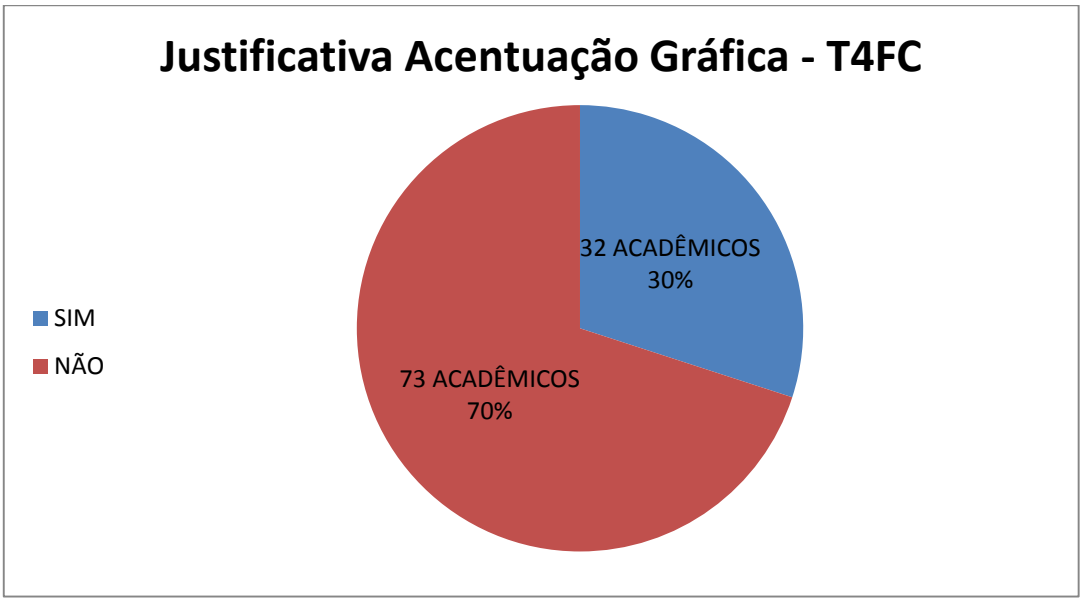
O terceiro termo – T3FC – a ser justificado quanto ao acento gráfico era "sábia". É uma palavra que se assemelha ao T2FC 'sabiá', entretanto, há um deslocamento quanto à intensidade da sílaba tônica. Embora todas as letras estejam em ambos os termos, o marcador que altera o campo semântico (variedade de significação de uma palavra) é exatamente o sinal gráfico.

Nesse momento da pesquisa, o sujeito ao se deparar com uma palavra paroxítona, deveria ter posto como resposta que, toda paroxítona terminada em ditongo crescente é acentuada. Vale salientar que, tal justificativa é um assunto visto, ainda no ensino fundamental, e, uma revisão é trabalhada, quanto ao conteúdo, no ensino médio.

Como resultado da análise estatística, 90% por cento dos acadêmicos não justificaram corretamente, apenas 10% conseguiram êxito na resposta registrada no questionário.

O erro recorrente neste item foi verificado pela forma incompleta de justificar o acento, pois era do conhecimento dos sujeitos de que a palavra é paroxítona, mas não tinham o saber do por que desse acento. Portanto, mais uma vez, é perceptível a vulnerabilidade acadêmica quanto ao saber da gramática normativa.

Gráfico 10 – Percentual de acadêmicos que se submeteram a justificativa do acento gráfico T4FC



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

Finalizando esta etapa do questionário, a quarta palavra – T4FC, a ser justificada quanto ao acento gráfico foi ‘acadêmico’. Por ser uma palavra proparoxítona, pois a sílaba tônica é a antepenúltima, a resposta deveria ser que, toda palavra proparoxítona deve ser acentuada.

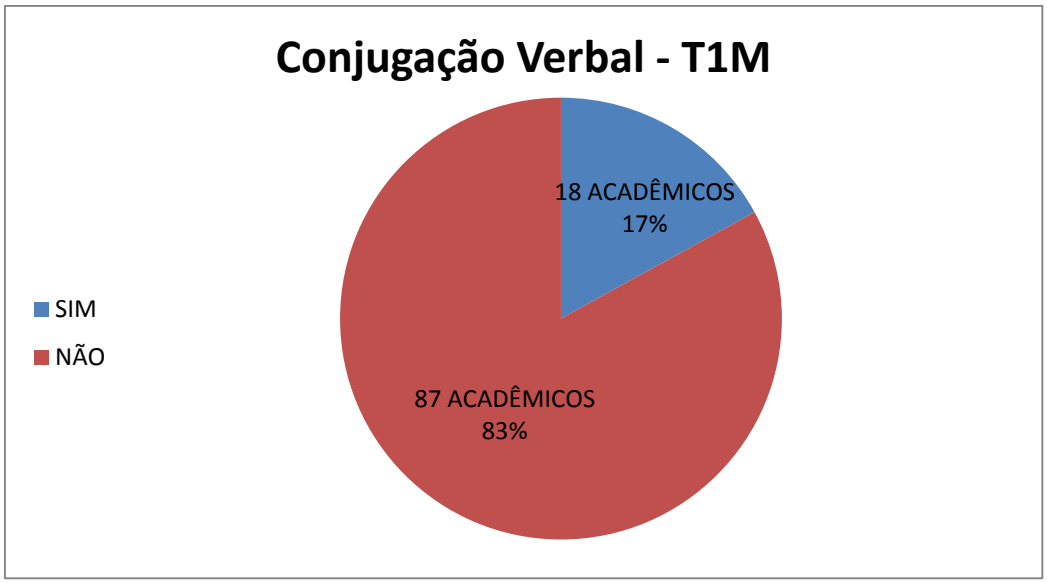
Considerada uma regra fácil, pois exige apenas que se identifique a posição da sílaba tônica, 70% por cento dos sujeitos não obtiveram êxito quanto à resposta, e, somente 30% registraram corretamente a justificativa.

Durante a análise deste termo, com um percentual elevado de erros, foi possível perceber uma fragilidade intensa acerca de uma justificativa que exige, tão somente, conhecimento de separação silábica e, identificação da posição da sílaba tônica.

Logo, esse despreparo é notório, ao perceber determinadas respostas esdrúxulas dadas ao questionário aplicado, como exemplo: ‘porque tem o som de -en-’, ‘porque o acento define a palavra’, ‘porque tem o som mais fechado’, ‘porque é vogal tônica’, ‘a sílaba para ser melhor pronunciado’, ou ainda, há como justificativa de que é acentuada por ser um ‘paroxítona’.

Parte II: Morfologia – T1M

Gráfico 11 – Percentual de acadêmicos que se submeteram a conjugação verbal - T1M



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

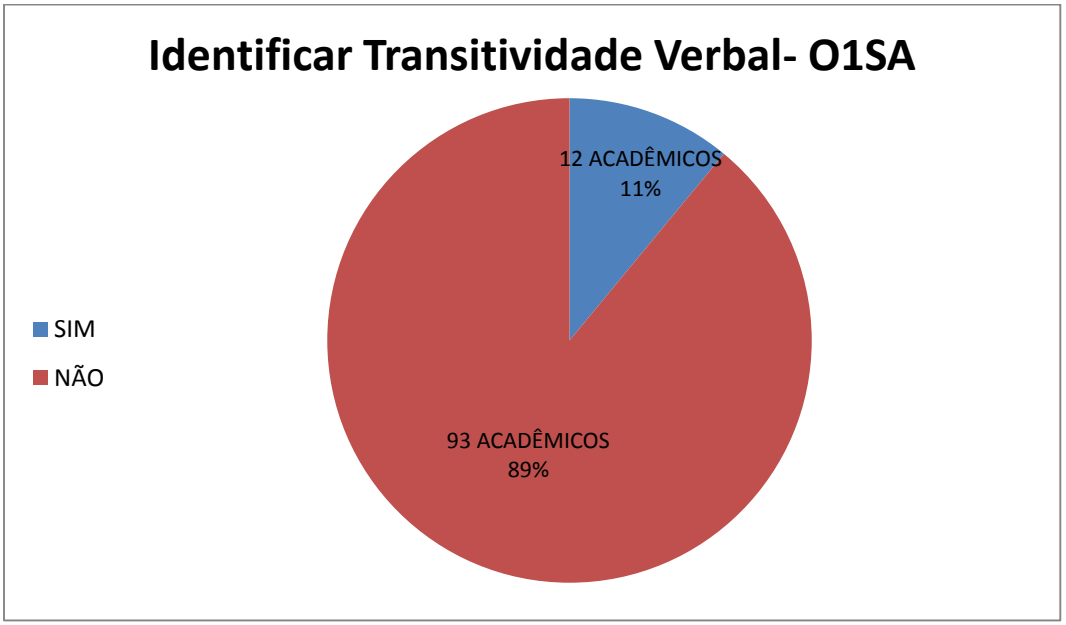
A morfologia foi tratada nessa segunda parte da pesquisa, em que o verbo 'Ensinar', classificado como regular por manter conservado o seu radical 'ensin', e, pertencente à primeira conjugação (-ar), deveria ser declinado no modo indicativo – tempo pretérito perfeito. Foram colocados em espaços apropriados linhas para que os sujeitos registrassem as seguintes formas verbais: ensinei, ensinaste, ensinou, ensinamos, ensinastes, ensinaram.

Os resultados obtidos, nesse momento da pesquisa, registraram um valor de 83% que não conseguiram atingir o objetivo da questão. Já, 17% dos entrevistados obtiveram êxito quanto à conjugação.

Diante do resultado, é possível inferir que a partir desse número elevado, os sujeitos são susceptíveis de cometerem erros de concordância em um ambiente oracional, tendo em vista o não conhecimento das desinências verbais. Um erro recorrente deu-se pela confusão entre o tempo solicitado e o tempo registrado, pois sujeitos conjugaram o verbo no presente do indicativo, por ser um tempo básico à declinação de quaisquer outros verbos.

Parte III: Sintaxe

Gráfico 12 – Percentual de acadêmicos que se submeteram a análise sintática - O1SA



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

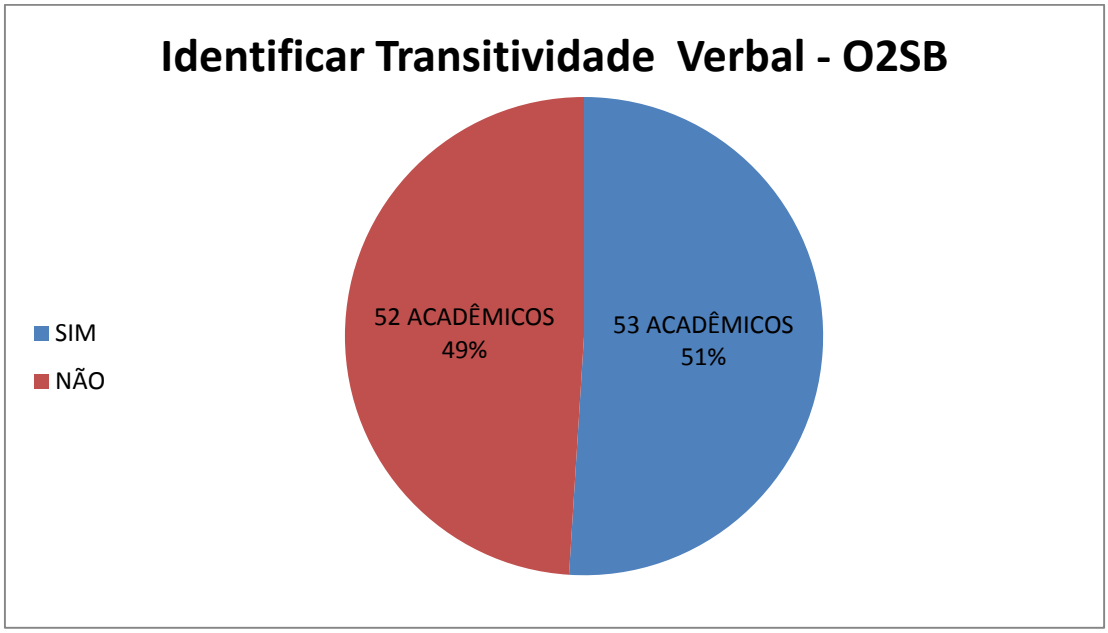
Nesta etapa da pesquisa foi trabalhada a análise sintática, que estuda o período em sua estrutura, mantendo uma relação intrínseca entre os termos da oração. Houve um cuidado em não apresentar aos pesquisados períodos complexos, com dois os mais verbos, por isso foram postas três orações simples, ou seja, três períodos simples.

A primeira oração – O1SA – colocada para análise foi "Os professores saíram apressados". É possível observar que há um verbo a expressar uma ação, com uma carga de significação que não exige outro termo, pois atribui de modo completo a atividade realizada pelo sujeito da oração. Diante do exposto, esse verbo classifica-se como V.I. (verbo intransitivo).

Ao verificar os resultados da pesquisa, foi detectado, após levantamento, um alarmante valor de 87% que não conseguiram analisar corretamente a transitividade do verbo. Enquanto, 13% dos pesquisados, lograram êxito durante a resolução do item.

Neste primeiro momento da parte III do trabalho, é possível perceber um total desconhecimento sintático em relação à língua, pois em um período simples, os acadêmicos demonstraram uma fragilidade no saber estrutural do idioma.

Gráfico 13 – Percentual de acadêmicos que se submeteram a análise sintática – O2SB



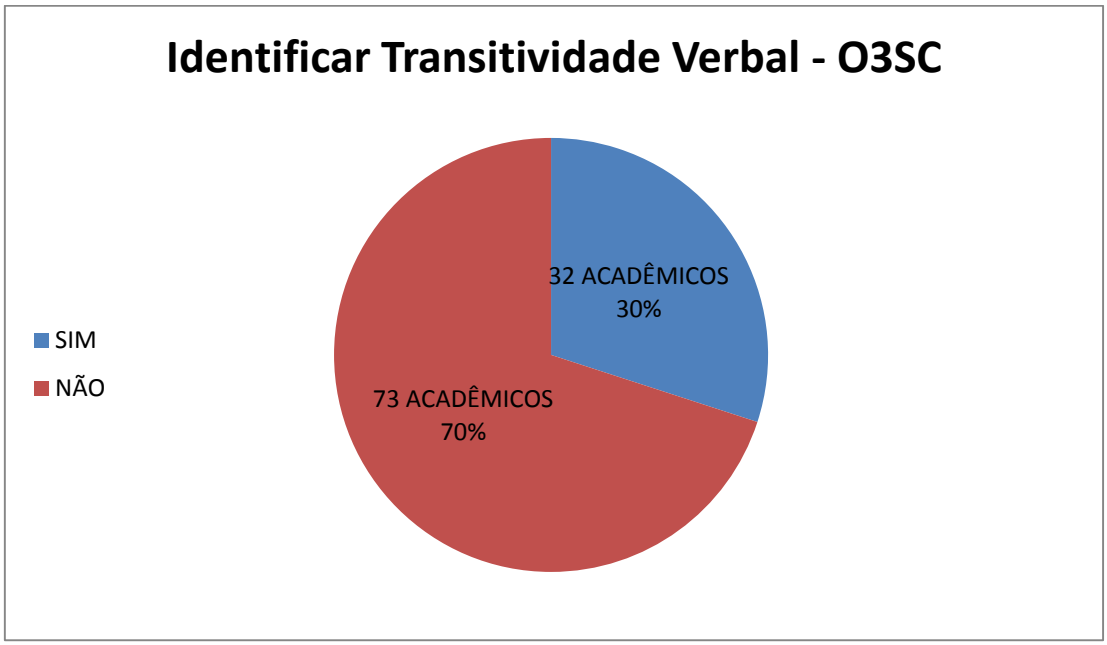
Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

Quanto à segunda oração – O2SB – a análise foi realizada na seguinte frase "As crianças gostam de livros". É possível observar que, o sujeito da oração, ou seja, ser que pratica a ação verbal é 'as crianças", enquanto o predicado "gostam de livros". Há um verbo que necessita de um complemento à realização do sujeito, e, esse termo deve vir acompanhado de uma preposição, neste caso. Portanto, a resposta ao item seria 'verbo transitivo indireto', pela necessidade de complemento com auxílio de um termo conector.

Ao analisar as respostas, foi possível observar que 51% conseguiram acertar a transitividade, enquanto 49% assinalaram a opção incorreta. Pode-se perceber, ainda, que, o grau de dificuldade em relação à identificação do verbo intransitivo – O1SB - foi reduzido em termos numéricos de 40%.

È possível perceber que houve um conhecimento maior em relação aos verbos que necessitam de um complemento preposicionado, mas, vale registrar que, ainda, um número elevado é desconhecedor dos verbos transitivos.

Gráfico 14 – Percentual de acadêmicos que se submeteram a análise sintática – O3SC



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

Já a terceira oração – O3SC – que encerra esta quarta etapa da pesquisa de campo, foi "Os viajantes contam suas aventuras". Percebe-se que há um verbo expressando uma ação e, seu corpus necessita de um complemento à realização do sujeito.

Este termo, como pode ser percebido, não precisa de um conector. Portanto, a resposta ao item seria 'verbo transitivo direto', pela necessidade de complemento verbal sem auxílio de uma preposição.

Ao observar os valores encontrados, percebe-se a dificuldade dos sujeitos em identificar um verbo 'VTD', pois apenas 30% conseguiram acertar a transitividade, enquanto 70% assinalaram a opção incorreta, demonstrando mais uma vez, como nas análises anteriores, a dificuldade de detectar um verbo que exige um complemento sem auxílio de preposição.

Parte IV: Treino Ortográfico

Antes mesmo de demonstrar os dados da pesquisa, vale algumas observações acerca das divergências sobre o assunto, pois há uma Imprecisão Conceitual, quando se busca uma definição de Ortografia. Não tem sido tarefa fácil, porque há opiniões diversas sobre o que seja escrever bem. Conservadores e "modernos" tentam resolver o impasse, sem que haja um consenso preciso. Para os tradicionais, a Ortografia é conceituada como um processo resultante de uma convenção normatizadora da língua, capaz de facilitar a comunicação entre os seres.

Sobre a definição de ortografia o Novo Dicionário Encyclopédico Luso-Brasileiro, Morais (2003, p. 7) traz: "Orthographia ou ortografia s.f. (de orthógrapho). Arte e modo de escrever correctamente as palavras de uma língua: saber orthographia. Qualquer maneira de escrever palavras. Erro de orthographia, erro commetido no modo de escrever uma palavra."

A partir do que é posto acima, pode-se destacar a ênfase da concepção de ortografia enquanto arte e modo de escrever, os quais estritamente relacionados à correção do modo estrutural das palavras, de escrevê-las fora dos parâmetros particulares do dialeto-padrão.

A concepção que Ferreira (1999, p. 15) faz do mesmo termo é também categórica, centrada em certos aspectos:" Ortografia (s.f. do grego Orthographia) – Conjunto de regras que, para uma determinada língua, estabelecem a grafia correta das palavras".

Partindo dessa linha, com traços significativos do pensamento tradicional, percebe-se claramente uma imposição no que diz respeito ao modo de escrever, imposição essa bastante explícita quando do uso de termos "regras" e "correta", o que, de certo modo, exclui qualquer outro parâmetro para a grafia das palavras. Fica, portanto, evidente a intenção conservadora, o desejo de preservação etimológica do léxico da língua. Nessa perspectiva, no ambiente escolar existiriam apenas duas formas de avaliação ortográfica: o certo e o errado.

Já em uma visão sociolinguística, a ortografia não deve ser definida como um conjunto de leis inflexíveis, pois, dessa forma, puniria a expressividade, reduzindo parte das funções da língua, além de marginalizar um aspecto cultural, como mostra Morais (1999) ao fazer menção a um texto de Fernando Pessoa, que reivindica um caráter mais

flexível para a língua no que concerne a ortografia, pois ela é um fenômeno da cultura, logo espiritual.

A indignação do poeta luso deve ser percebida em um contexto de obediência irrestrita às normas gramaticais, contexto esse que imperou por muito tempo nos meios acadêmicos, pois a rigidez ortográfica contribuía para o engessar da língua, impedindo-a de ser instrumento real de expressão/comunicação, de evoluir enquanto fenômeno, de expressar seu espírito construtor ao negar-lhe seu caráter plural. O privilégio da ortografia é o privilégio de um dialeto sobre os demais, o que resulta na marginalidade destes.

O impasse entre as concepções tradicionalistas e modernas de ortografia, bem como, as posturas que advêm delas, pode ser neutralizado a partir da contribuição de estudiosos como Desbordes (1995), quando coloca que tal conteúdo gramatical não deve ser tão prestigiado, especialmente quando fora do ambiente formal da escrita. E, tal ocorre, porquanto a ortografia não ter sentido maior na fala e nem ser a escrita fiel reprodução desta.

Em princípio, a escolha pela aplicação de uma questão, envolvendo treino ortográfico, foi uma necessidade, pois enquanto professor de língua materna, para que este trabalho tivesse seus objetivos alcançados, havia a necessidade de mensurar, também, o conhecimento acerca das dificuldades dos acadêmicos quanto ao processo de apropriação das convenções ortográficas, visto serem estas necessárias ao êxito profissional de línguas no uso da modalidade escrita.

Logo, é inadmissível um sujeito que, ao sair de uma universidade, não tenha a competência de externar suas ideias, seus pensamentos de forma coesa, ordenada e com certo domínio ortográfico, digno de um graduado. Para Feitosa (2000), o ato de escrever é uma atividade que não se esgota, pois segundo a estudiosa,

> "Escrever é parte inerente ao ofício do pesquisador. O trabalho do cientista ou do tecnólogo não se esgota nas descobertas que faz, nos engenhos que cria: é de sua responsabilidade a comunicação do que descobriu, criou, desenvolveu. No entanto, é fato tão notório quanto lastimável que a comunicação escrita está em crise, e essa crise se faz notar até mesmo nos meios mais especializados e intelectualizados. A comunicação escrita, mesmo quando é muito pouco formal, confere à mensagem que se quer - ou se deve - transmitir uma forma, um corpo, que vai minimizar os efeitos negativos da transmissão oral do conhecimento." (Feitosa, 1991, p.11)

A questão é relevante para os profissionais das mais diversas áreas, e, tem merecido o olhar quer sejam conservadores da língua ou não, bem como outras categorias interessadas em contribuir para solucionar a questão. No âmbito específico do professor de Português, que lida cotidianamente com a necessidade de facilitar a compreensão da língua, sobretudo em sua modalidade escrita e oficial, a importância do assunto – ortografia – amplia-se consideravelmente. Se, no passado, ao professor de línguas bastaria prescrever a memorização das regras gramaticais, como a morfologia das palavras escritas, hoje tal postura tornou-se insustentável, necessitando um posicionamento mais refinado de quem é responsável pela mediação dos conteúdos escolares.

Com o propósito de não apenas detectar, mas também de buscar respostas para as transgressões ortográficas registradas no questionário aplicado aos sujeitos, foi realizada uma análise que pudesse apresentar subsídios comprobatórios acerca da deficiência nos cursos acadêmicos na área de línguas, e, que, muitas vezes, esses futuros profissionais chegam a conviver com esses erros, até mesmo, durante toda a sua carreira profissional, quando se sente na necessidade de utilizar da escrita.

Não foi objetivo dessa pesquisa, apontar ou discriminar alguém, entretanto, o trabalho, no que concerne à competência ortográfica, tentará expor que, para uma educação de qualidade, em que o aluno ao utilizar sua língua com sapiência, é necessário, além de outros instrumentos, o comprometimento profissional do professor em suas aulas, conforme explicita Vygotsky (1978), quando afirma que o ensino da língua dá-se quando existe uma organicidade no processo ensino x aprendizagem.

Assim, através de dados que foram coletados, bem como de uma análise rigorosa, tornou-se possível um direcionamento, a partir de um suporte científico, embasado por estudiosos, ter uma sinopse, através das etapas da pesquisa, a mostra de uma realidade que circunda nossos cursos de uma forma tímida, mas essencialmente comprometedora: a carência do ato de ler e escrever corretamente.

Os gráficos 15, 16, 17, 18, 19 e 20, a seguir, fazem referência à aplicação do treino ortográfico:

Nesta última etapa da pesquisa, foi trabalhado o conhecimento ortográfico, como dito anteriormente. Havia, no questionário, vocábulos que tivessem as letras /sc/, /c/,

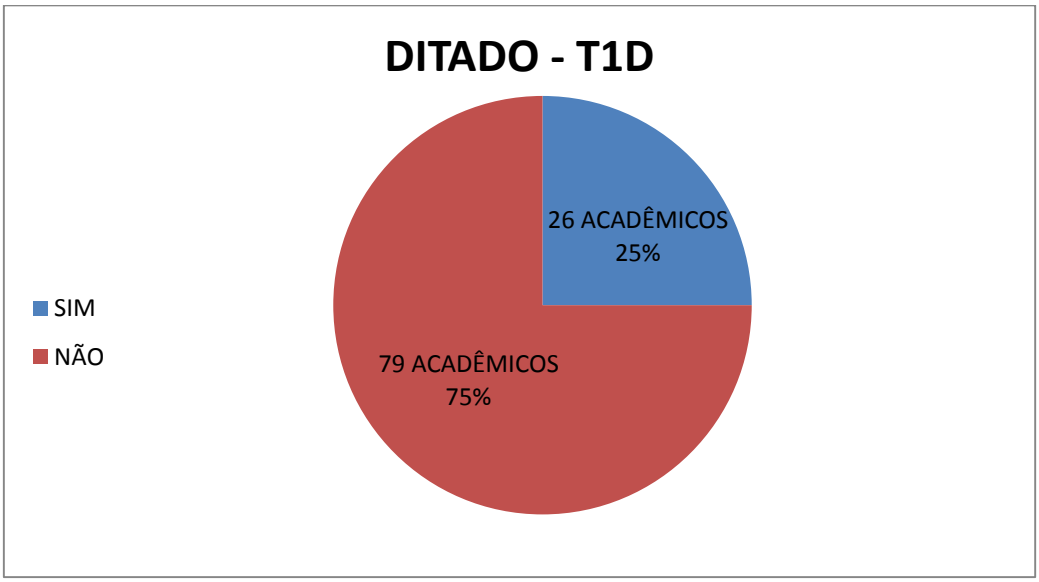
/ss/, /s/, /z/, e, que também, durante a aplicação, os sujeitos deveriam externar um saber básico acerca do fenômeno das palavras parônimas – aquelas que possuem significação diferentes, grafia e/ou pronúncia semelhantes.

O objetivo de aplicar esta atividade deu-se pela importância de mensurar o desenvolvimento dos sujeitos, no que concerne a concentração e percepção auditiva, pois eles teriam que ouvir a palavra proferida pelo aplicador, e, em seguida, registrar em espaço próprio no questionário. Além disso, seria possível verificar o conhecimento ortográfico da língua, quanto ao saber da existência de fenômenos que envolvem sons e letras no sistema.

Vale salientar que, algumas instruções foram repassadas aos pesquisados a fim de que não houvesse nenhuma dúvida quanto ao registro do termo: a) os acadêmicos deveriam ouvir o termo de cada item por três vezes; b) em seguida, seria falado a quantidade de letras; c) a quantidade de sílabas; d) posição da sílaba tônica e, e) a definição do termo.

É importante dizer que, cuidados foram necessários para que os termos selecionados não levassem os sujeitos à hesitação, quanto ao uso ou não do novo acordo ortográfico.

Gráfico 15 – Percentual de acadêmicos que se submeteram ao treino ortográfico – T1D



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

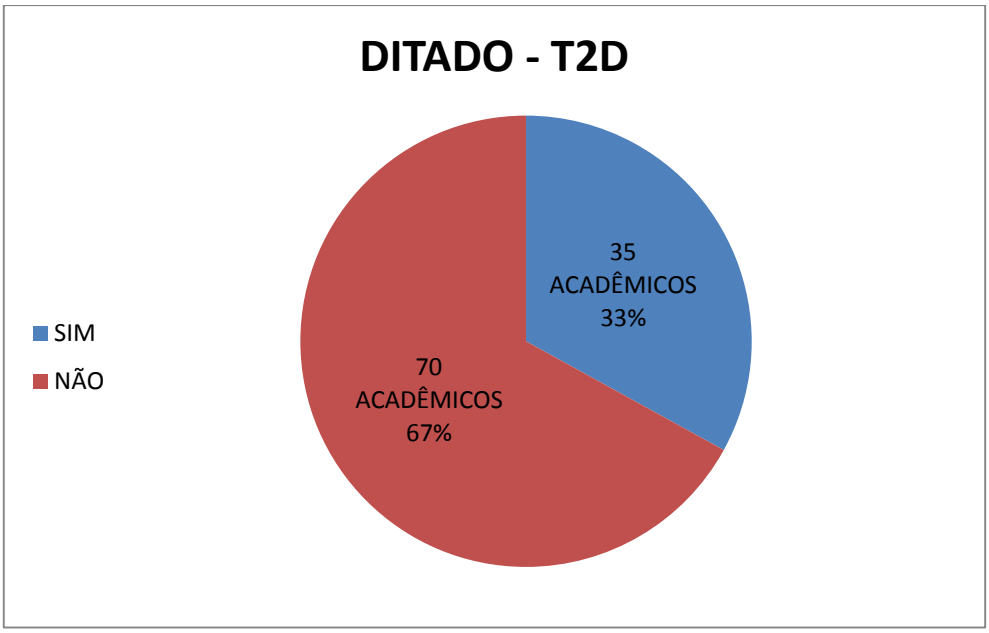
T1D - Termo 1 do Ditado -

"Ascensão = oito letras, três sílabas, oxítona.

[significado: ato ou efeito de ascender; ascendimento; elevação, subida, atingir um grau superior]"

Após todo o procedimento durante o treino ortográfico da primeira palavra, foi possível verificar que apenas 25% dos sujeitos obtiveram êxito quanto à escrita correta, enquanto 75% cometeram algum desvio quanto à grafia.

Gráfico 16 – Percentual de acadêmicos que se submeteram ao treino ortográfico – T2D



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

T2D - Termo 2 do Ditado -

"Concessão = nove letras, três sílabas, oxítona.

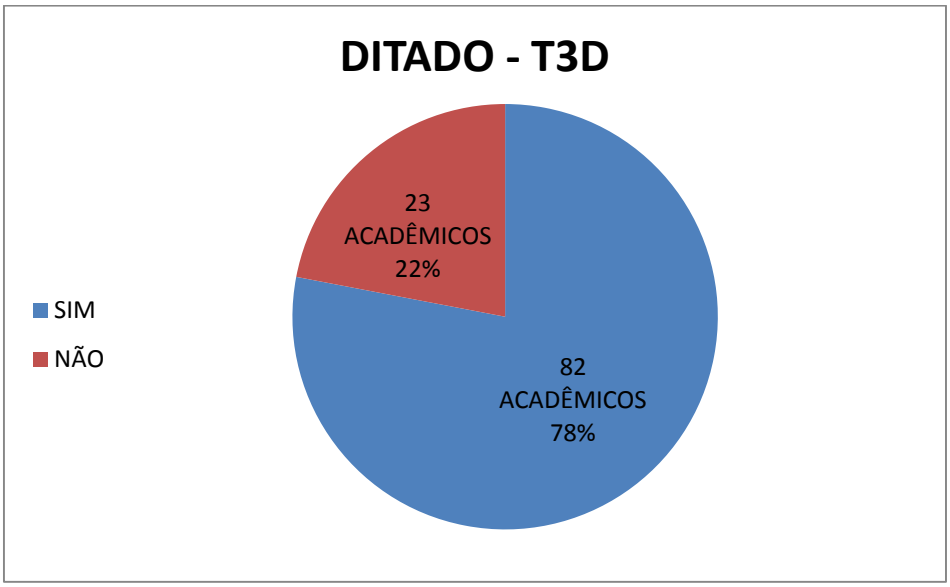
[significado: entrega, doação, licença obtida para explorar recurso natural ou serviço público]"

Dentre os cento e cinco acadêmicos envolvidos na pesquisa, apenas trinta e cinco conseguiram escrever corretamente a palavra, ou seja, apenas 33% demonstraram

competência ortográfica para o termo. Em contrapartida, setenta acadêmicos, o equivalente a 67% dos sujeitos demonstraram inaptidão quanto à grafia correta.

Foi possível perceber uma recorrência de erros no emprego das letras –s e –c, pois os sujeitos da pesquisa não sabiam grafar corretamente, pelo fato de terem uma representação múltipla pelo som que podem assumir.

Gráfico 17 – Percentual de acadêmicos que se submeteram ao treino ortográfico – T3D



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

T3D - Termo 3 do Ditado -

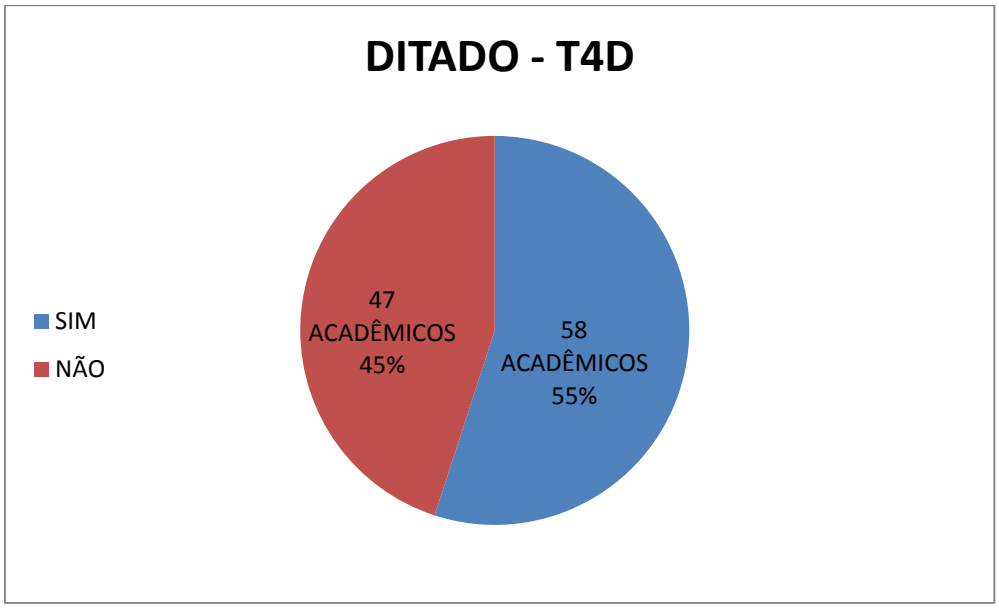
"Sensacionalismo = quinze letras, seis sílabas, paroxítona.

[significado: gosto ou busca pelo sensacional, exploração de notícias sensacionais, sem compromisso com a verdade dos fatos]"

O terceiro termo a ser proferido teve como resultado, conforme gráfico, um percentual de 78% – oitenta e dois – que obtiveram êxito quanto à grafia da palavra, contrapondo-se, 22% - 23 acadêmicos – que não conseguiram escrever corretamente a palavra. Percebe-se que não houve dificuldade, devido à representação /s/ encontrar-se isolada em relação à outra consoante.

Os erros comuns que foram registrados, durante a análise, embora com menos frequência, em relação ao T2D, diz respeito à troca das letras –s, também pelo fenômeno da representação múltipla.

Gráfico 18 – Percentual de acadêmicos que se submeteram ao treino ortográfico – T4D



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

T4D - Termo 4 do Ditado -

"Apaziguar= nove letras, quatro sílabas, oxítona.

[significado: pôr-se em paz; pacificar; pôr-se em acordo; harmonizar-se]"

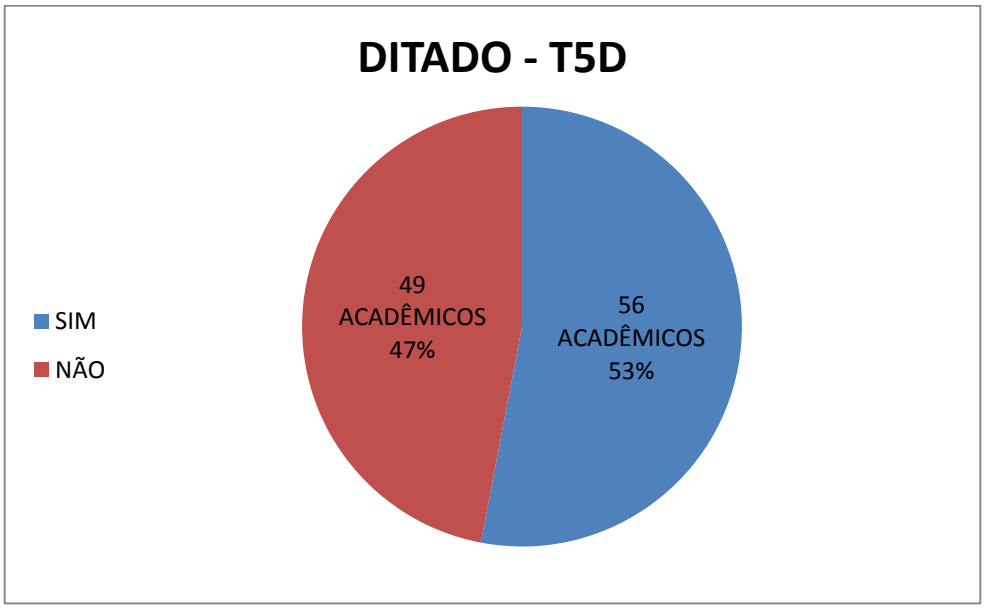
É possível observar um equilíbrio quanto aos acadêmicos, em relação à grafia desta palavra, pois 55% conseguiram escrever corretamente, enquanto 45% não obtiveram êxito nesse termo.

Das ocorrências analisadas, alguns desvios ortográficos registrados foram decorrentes de alterações pelas representações múltiplas do fonema /s/. Logo, vejamos:

- O fonema / s / e sua variedade na escrita s = salto; ss = cassa e sc = crescer
- O fonema / z / representado pelas letras z = beleza
  s = casa
  x = exemplo

A partir dessa exposição, há evidências da necessidade de realização de um estudo pautado nesse fenômeno multirrepresentativo que envolve sons e letras.

Gráfico 19 – Percentual de acadêmicos que se submeteram ao treino ortográfico – T5D



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

T5D - Termo 5 do Ditado -

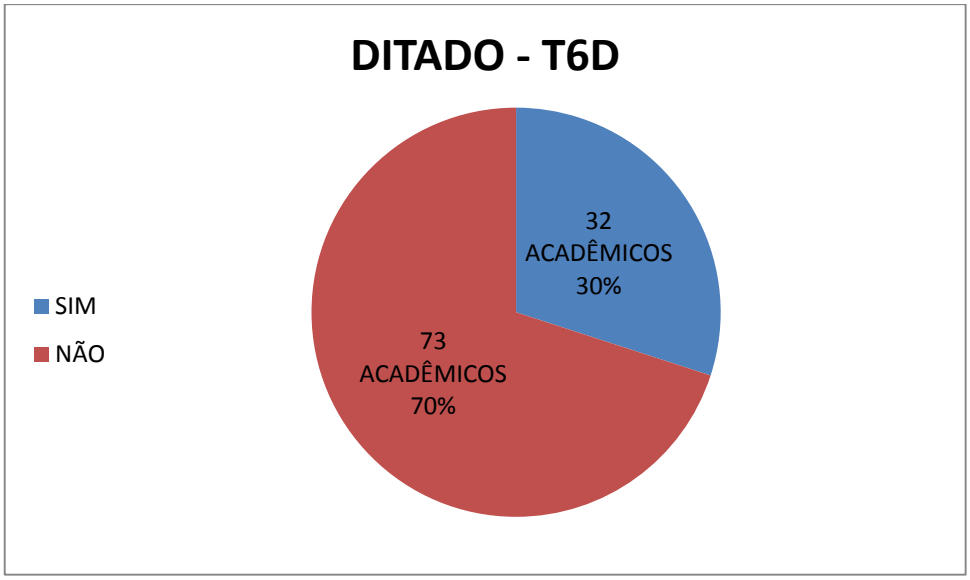
"Concertar = nove letras, três sílabas, oxítona.

[significado: entrar em acordo; combinar, concordar; harmonizar-se, conciliar- -se]"

No quinto termo proferido durante o treino ortográfico, em princípio, houve a necessidade de enfatizar, a cada um dos três momentos em que era proferido o termo, o significado da palavra, a fim de que não houvesse dúvida em relação ao termo 'consertar', ou seja, a grafia que deveria ser registrada no espaço próprio era o de 'estar de acordo', para que o sujeito da pesquisa não hesitasse na escrita por uma questão de semântica.

Mesmo dando relevância ao fato, apenas 53%, ou seja, cinquenta e seis acadêmicos foram competentes à grafia do termo, enquanto 47% entraram na estatística de ineficientes quanto ao saber correto do termo.

Gráfico 20 – Percentual de acadêmicos que se submeteram ao treino ortográfico – T6D



Fonte: autor da pesquisa, a partir dos resultados obtidos.

T6D - Termo 6 do Ditado -

"Viajem = seis letras, três sílabas, paroxítona.

[significação: forma verbal de viajar]"

Neste último momento do questionário aplicado, houve também a necessidade de acrescentar a cada um dos três momentos em que era proferido o termo, o significado da palavra acompanhado da classe gramatical, a fim de que os sujeitos também não fossem agir de forma duvidosa, em confundir-se com o termo 'viagem' pertencente à classe dos substantivos.

Quanto aos resultados, verificou-se um percentual de 70% que desconhecem a diferença semântico-ortográfica do vocábulo, pois foi possível observar que à forma verbal 'viajem' era grafada com /g/. E, quanto à escrita correta, 30% dos acadêmicos demonstraram essa competência grafando corretamente o termo.

Percebeu-se, após análise dos dados coletados, que havia um conhecimento limitado quanto ao sistema ortográfico da língua, capaz de comprometer diretamente na modalidade escrita desses acadêmicos, quando foram utilizar esse saber nos mais diversos momentos que exijam a competência escrita para expressar suas necessidades comunicativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho era analisar os conflitos entre os modelos tradicional e discursivo-interacionista, bem como investigar e diagnosticar o perfil acadêmico nos Cursos de Língua Portuguesa, no que diz respeito ao aprendizado dos conteúdos gramaticais no ensino básico. O interesse neste tema foi motivado a partir do momento em que fui à busca de encontrar uma resposta ao seguinte questionamento: os acadêmicos que ingressam, em particular, nos Cursos de Língua Portuguesa, trazem um conhecimento básico da Gramática Normativa, ensinada ainda no ensino fundamental e médio?

Para elucidar essa questão, foi necessária uma leitura vasta quanto às posições de estudiosos em relação ao ensino da GN, e, realizar uma pesquisa de campo para coletar dados e, após análise, registrar os resultados obtidos. Este trabalho, aqui apresentado, traz suas limitações, mas creio que será útil aos que se interessarem em rever conceitos metodológicos quanto ao ensino desse manual, que é um conjunto de normas para o bem falar e escrever, prescritivo na educação básico.

Se o modelo tradicional é mais eficaz em relação ao interacionista, ou *vice-versa*, não é desejo nem objetivo aqui apontar, entretanto, o que fica claro é uma real necessidade de mudanças pedagógicas, dentre elas, uma reestruturação no atual modelo curricular presente no ensino básico. Creio que a consensualidade seja o caminho mais eficaz na busca de um modelo ideal ao ensino da GN. Assim, reconstruir uma proposta que vise adequar o modelo existente a um novo que facilite o aprendizado da norma padrão é fato.

É notório constatar que, através de artigos e trabalhos publicados em diversos veículos de comunicação, as divergências entre a Ciência Linguística e os conservadores, que defendem suas posições acerca do ensino da língua materna, têm dividido muitos profissionais atuantes em sala de aula. Um modelo e outro explicitam razões para os problemas linguísticos, mas, diante desse conflito, nossos alunos são vítimas do atual método de ensino do idioma.

A seguir, algumas informações colhidas na pesquisa darão sustentação ao atual perfil de nossos acadêmicos, e, que, através dos resultados, será possível mensurar o saber dessa gramática normativa dos sujeitos envolvidos.

Após análise dos resultados, foi diagnosticado total despreparo dos respondentes submetidos ao questionário, que ingressam em um curso superior na área de Linguagens e Códigos sem um conhecimento básico da GN, pois, os resultados obtidos apontam o seguinte: de 1.680 itens aplicados no trabalho de campo, constatou-se que, um percentual de 68,22%, dos sujeitos envolvidos, desconhecem os conteúdos gramaticais de sua língua materna em nível de ensino fundamental, predominantemente. Enquanto, apenas 31,78% demonstraram um conhecimento desse manual.

Fica claro, diante dessa estatística, e, atendendo aos sujeitos pesquisados, os números são preocupantes, pois dos acadêmicos submetidos à pesquisa, 51% já se encontram a leccionar em sala de aula. Fica, então, a reflexão: desse percentual que não possui domínio básico da GN, como conduzem suas aulas de Português, nos momentos em que há uma exigência do conhecimento da norma culta?

Conhecer sua própria língua quanto ao registro formal é uma condição basilar no que diz respeito à formação do professor, que guiado pelos PCN's, realiza suas atividades escolares. Fica, pois, evidenciado que, só há uma única forma de ensino de Português com qualidade: quando o profissional é detentor de um preparo intelectual e cultural dessa língua.

É importante, ainda, ressaltar de que essa pesquisa teve um caráter descentralizador, ou seja, o trabalho não se concentrou em apenas um único cenário, pois foram três as cidades envolvidas. Dessa forma, seria possível ter uma amostragem que pudesse retratar uma realidade mais diversificada de nossos acadêmicos quanto ao conhecimento da GN.

O que há, creio, é um fenômeno, aqui nominado pelo autor deste trabalho, chamado de Círculo Vicioso da Língua - CVL, em que um sujeito aprende de forma errada, ou nada aprende, enquanto aluno no ensino básico, e, vocacionado ao magistério, torna-se um profissional que, em seu ambiente de trabalho, transmitirá aquilo que 'aprendeu' enquanto discípulo no ensino básico, no que concerne ao conhecimento da variedade padrão de sua língua.

Outra consideração relevante, a ser destacada, diz respeito a nossa língua *mater*. Coincidência ou não, na década de 60, enquanto o latim era extinto da grade curricular

nas escolas, a Linguística tornava-se, no mesmo período, uma disciplina obrigatória nos cursos de Letras.

Percebe-se que, já havia um confronto entre o velho e o novo nos anos 60, pois enquanto uma filha [a Língua Portuguesa] rejeitava sua origem no ensino básico, a Linguística evidenciava-se no meio acadêmico. Nesse período que se estende às décadas de 70 e 80, nosso ensino de língua materna nas escolas, ainda, era representado por mestres que tiveram no colegial contacto com o latim e, de forma catedrática, conduziam brilhantemente seus afazeres pedagógicos, com segurança e competência.

Quanto a esta questão, será que em algum momento de nosso convívio familiar ou mesmo social, ouvimos a seguinte assertiva: " em minha época, eu aprendia Português!" ou mesmo, "ensino com qualidade era visto no passado! ". Pois bem, em pleno século XXI, não seria o momento de refletirmos por que o ensino no passado, não muito distante, era tão cortejado e respeitado. Não poderíamos repensar, ou seja, valorizar, no retorno às escolas, de uma língua [Latim] que nos presenteou com um sistema de comunicação eficiente e prático, e, que poderia explicar os inúmeros fenômenos que a Linguística considera, em relação à normatividade da Língua, não errado, mas diferente?

Diante dos resultados aqui apresentados, vale ater-se a questões que não contribuem à Língua, falarmos sobre preconceito linguístico, anarquia da linguagem, de que o tradicional é ultrapassado, a linguística é permissiva demais, ou mesmo, numa visão mais radical, nossa gramática deve ser extinta das instituições educacionais? Penso que teríamos um discurso pedagógico mais rico e proveitoso se tornássemos o professor, em um mestre à moda antiga, com espírito inovador que acompanhe as mudanças tecnológicas absorvidas por nossos alunos, em um planeta globalizado. E ainda, se investíssemos na ideia de transformar nosso aluno em um agente, não apenas receptor de conteúdos, mas alguém que interagisse de forma mais ativa nas atividades concernentes à Língua, teríamos um outro panorama educacional.

Ainda é essencial levar em consideração, os anos iniciais de vida de um ser humano, pois ele necessita de alguns cuidados especiais, para que se torna um indivíduo saudável físico e mentalmente. Esse período de suma importância deve ser revestido das seguintes necessidades básicas que, conforme I Encontro Interamericano de Proteção ao

Escolar, em um texto adaptado por Lourenço Filho (1968), são vitais ao sucesso pessoal-profissional:

> I – Segurança material: Para desenvolver-se forte e saudável, a criança precisa de uma boa alimentação, dormir o suficiente, de fazer exercícios e de respirar ar puro diariamente, pois assim, sentir-se-á capaz de render mais em um ambiente escolar;
>
> II – Segurança emocional: Toda criança precisa sentir-se segura de que seus pais a querem muito e de que ela é muito importante para alguém. Jamais deverá sentir-se sozinha no mundo;
>
> III – Amor: A criança precisa amar e ser amada, estabelecendo relações íntimas e profundas, primeiramente com a mãe e, gradativamente estendendo à família e ao meio social. O amor recíproco é importante para seu desenvolvimento;
>
> IV – Segurança intelectual: Será alcançada através do desenvolvimento de formas de pensar coerentes, obtido pela experiência concreta, através do apoio do adulto;
>
> V – Recreação: Através de jogos lúdicos, imaginação criadora, peculiar a ela, a criança compõe o "seu" mundo, buscando um equilíbrio entre seus impulsos, desejos e interesses, bem como uma harmonia com o mundo fantasioso e o real que a cerca;
>
> VI – Orientação: A criança precisa saber que há limites para o que é permitido, e, que, apesar de sentimentos, como os ciúmes e chateações serem espontâneos, não

> poderá, levados por eles, agir em seu prejuízo ou de outros.

Tendo acesso a esses quesitos, o educando terá condições de crescer de forma equilibrada, tornando-se capaz de render satisfatoriamente durante todo o ensino básico, e, consequentemente, usufruir em um futuro acadêmico, de uma bagagem linguística que utilizará durante toda a sua vida. No entanto, se ela for privada desses quesitos, com certeza, estará vulnerável a um desequilíbrio cultural, sendo alvo de um fracasso em seu ambiente escolar.

Finalmente, muitos são os desafios a serem alcançados, que envolvem aspectos sócio-político-cultural. Inicialmente, é preciso ultrapassar os limites impostos pelo atual modelo pedagógico, com um desejo transformador e ousado, assim, certamente, será um bom antídoto na formação de um profissional, que deseje ingressar no magistério, e, assumir uma profissão de educador e professor, capaz de trazer para si a responsabilidade de suprir toda essa carência linguística, para que dessa forma, possa, efetivamente, obter sucesso em sua carreira pessoal - profissional. Para isso, mudanças emergenciais na educação são necessárias, com ações definitivas e qualitativas, pois, muitas vezes, projetos inovadores são apresentados, no entanto, a execução fica a permanecer no mundo utópico das mentes que em nada contribuem àquela que tem suas raízes na última flor do Lácio: a Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academia Brasileira de Letras. Volp. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Editora Global. São Paulo: 2009.

Almeida, Napoleão Mendes de**.** *Dicionário de Questões Vernáculas*, Ed. Caminho Suave Limitada, São Paulo, 1981**.**

_____. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. Editora Saraiva. 46. ed. São Paulo, 2005.

André, Hildebrando A. de. *Gramática Ilustrada*. 4 ed.São Paulo: Moderna, 1996.

Antunes, Irandé. *Aula de Português: Encontro e Interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

Bagno, Marcos. *A Língua de Eulália. Novela Sociolinguística*. Editora Contexto. São Paulo, 1997.

_____. *Preconceito Linguístico:o que é, como se faz*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Português ou Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

Bassanezi, R.C. *Ensino-Aprendizagem com Modelagem Matemática: uma nova estratégia*. São Paulo: Contexto, 2002.

Bechara, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*.19 ed. São Paulo: Nacional, 1972.

_____. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?*.12 ed. São Paulo: Ática, 1985 (Coleções Princípios).

Bohn, H. *Cultura de Sala de Aula e Discurso Pedagógico*. In H. Bohn, & O. Souza (Orgs.), Face do saber: desafio à educação do futuro. Florianópolis: Insular, 2002.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa: Brasília: SEF, 1997.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais : primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental.* Brasília : MEC/SEF, 1998a. 5 p.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental.* . Brasília : MEC/SEF, 1998b. 106 p.

Brasil. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar 2012*, Brasília: Inep, 2012. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/basica-censo. acesso em 20 de junho de 2013.

Cagliare, L.C. *Alfabetização e Linguística.* São Paulo: Scipione, 1992.

_____ *Avaliando a Avaliação Escolar. Ideias - Alfabetização: passado, presente e futuro.* FDE. São Paulo, 1993.

Cardoso, Zélia de Almeida. *Iniciação ao Latim.* Editora Ática. 6.ed. São Paulo, 2006.

Castilho, Ataliba Teixeira de. *Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa.* In: BAGNO, Marcos. *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Nova gramática do português brasileiro.* São Paulo: Contexto, 2010.

Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (29 de novembro de 2010). *Estatística populacional*, Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm. Página visitada em 19 de junho de 2013.

Cunha, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa.* 12 ed. Brasília: Fundação de Assistência ao Estudante, 1994.

Conhecimento Prático Língua Portuguesa. (Alexandre Lobão, p.23 ; Roberto Sarmento Lima, p. 38), n.º 42. São Paulo: Escala Educacional, 2013.

Desbordes, F**.** *Concepções sobre a escrita na Roma antiga*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

Faraco, C. A. *Escrita e Alfabetização.* São Paulo: Editora Contexto, 1992.

Feitosa, Vera Cristina. *Redação de textos científicos*. 4. Ed. São Paulo: Papirus, 1991.
Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.* 20ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Geraldi, João W. *Linguagem e Ensino.* Campinas: Mercado das Letras, 1996.

Gil, A.C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa.* 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Ipece. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Ceará em Mapas.* 2011. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo2/21.htm >Acesso: 2/ jan./ 2013.

Leffa, V. J. *O professor de língua estrangeira: do corpo mole ao corpo dócil.* In M. Freire *et allii* (Orgs.), Lingüística Aplicada e contemporaneidade. São Paulo: ALAB/Pontes Editores, 2005.

Lemle, Miriam. *Heterogeneidade Dialetal: Um apelo à Pesquisa.* Tempo Brasileiro, 1978.

Lourenço, Filho. *Necessidades básicas do pré-escolar*. In: Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-escolar. Rio de Janeiro, 1968.

Martinet, André. *Elementos de Linguística geral*. 8 ed. Lisboa: Martins Fontes, 1978.

Minayo, M. C. S. & Sanches, *O Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 239-262, jul/set, 1993.

Morais, Artur Gomes de. *O aprendizado da Ortografia.* 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Perini, Mário A. *Para uma Nova Gramática do Português.* São Paulo: Ática, 2007.

Rangel, E. *Livro Didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalcado.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

Revista Discutindo Língua Portuguesa. Ano 3, n.º 13. São Paulo: Escala Educacional, 2011.

Rocha, Luiz Carlos de Assis. *Gramática Nunca Mais: O Ensino da Língua Padrão Sem o Estudo da Gramática*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Rónai, Paulo. *Curso Básico de Latim*. Editora Cultrix. 8. ed. São Paulo, 2006.

Sarmento, Leila Lauar. *Gramática em Textos.* São Paulo: Editora Moderna, 2000.

Silva, Rosa Virgínia e. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas.* São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Soares, M. *O Livro Didático como fonte para a História da Leitura e da Formação do Professor-leitor*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

Souza, D., Arão, L.. A Contribuição da Linguística no Ensino da Língua Portuguesa no Brasil. *Babilónia - Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução,* América do Norte, Nov. 2009. Acesso em: 19 Mar 2013. Disponível em:. <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/babilonia/article/view/900/734>.

Travaglia, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1° e 2º graus.* São Paulo: Cortez, 1997.

Tarallo, Fernando. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese.* Philadelphia, University of Pennsylvania, PhD Dissertation, 1983.

Vygotsky, L.S. *Mind and society* (trad.). Cambridge. Harvard University Press, 1978.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Ilmª.Sr(a).

Coordenador(a) do Curso de Letras / Língua Portuguesa

Sobral - CE.

Sobral, _____/_____/_____.

Venho através deste instrumento, solicitar autorização para que seja realizado um trabalho envolvendo acadêmicos pertencentes a este egrégio Instituto de Estudos e Pesquisas, para fins de coletar dados à pesquisa de investigação sobre o perfil acadêmico acerca do conhecimento conteudístico da Gramática Normativa – GN.

A referida pesquisa será realizada por Luiz Edilson Frota Filho, professor de Língua Portuguesa e mestrando em Ciências da Educação, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – **ULHT**.

No azo, coloco-me à disposição de Vossa Senhoria para dirimir quaisquer dúvidas acerca desse trabalho acadêmico.

Atenciosamente,

_____

Luiz Edilson Frota Filho

Professor

Ciente da Pesquisa:

_____ / Data: _____/_____/_____.

Assinatura e Carimbo

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa intitulada ENSINO DA GRAMÁTICA NORMATIVA: DO CAMINHO CONFLITANTE ENTRE LINGUISTAS E CONSERVADORES AO PERFIL ACADÊMICO NOS CURSOS DE PORTUGUESA, com o objetivo de analisar as razões do caminho conflitante entre linguistas e conservadores, bem como investigar o perfil acadêmico nos Cursos de Língua Portuguesa no tocante à Gramática Normativa.

Ressalto que estou ciente de que terei:

1. A garantia de requerer resposta a qualquer pergunta ou dúvida acerca investigação de que tomo parte, através do telefone (88) 96614433.
2. A liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo;
3. A segurança de que não serei identificado e que manterá o caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
4. As informações sobre os resultados do estudo.

A pesquisa é de inteira responsabilidade do autor deste projeto, Luiz Edilson Frota Filho, Professor graduado em Letras, com especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

Tendo sido informado (a) sobre o projeto, concordo em participar da pesquisa.

Nome: _____

Assinatura: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Data: ___/___/___

APÊNDICE III

QUESTIONÁRIO PARA ANÁLISE

Curso: Licenciatura em Língua Portuguesa **Semestre:** _____

Cidade: _____ **Moradia:** Zona Urbana ( ) Zona Rural ( )

Idade: _____ **Leciona atualmente:** ( ) Sim ( ) Não

- A Gramática Normativa é um instrumento indispensável para o ensino da Língua Portuguesa.

( ) Sim ( ) Não

I – FONÉTICA

Observe as representações gráficas abaixo e responda:

A – Qual o nome do sinal abaixo:

(`)_____.

B – Qual o nome do sinal abaixo (utilizado para suprimir letra):

( )_____.

C – justifique os acentos das palavras abaixo:

Só =_____.

Sabiá =_____.

Sábia = _____.

Acadêmico =_____.

II – MORFOLOGIA

A – Conjugue o verbo ENSINAR no modo e tempo solicitados:

Modo Indicativo

Pretérito Perfeito

_____

_____

_____

_____

_____

_____

III – SINTAXE

Dê a transitividade dos verbos nas orações abaixo:

A – Os professores saíram apressados.

( ) Verbo Transitivo Direto ( ) Verbo Transitivo Indireto ( ) Verbo Intransitivo

B – As crianças gostam de livros.

( ) Verbo Transitivo Direto ( ) Verbo Transitivo Indireto ( ) Verbo Intransitivo

C – Os viajantes contam suas aventuras.

( ) Verbo Transitivo Direto ( ) Verbo Transitivo Indireto ( ) Verbo Intransitivo

IV – DITADO – Análise ortográfica

1._____

2._____

3._____

4._____

5._____ (Estar de acordo)

6._____ (verbo)

ANEXO

ANEXO 1

DECLARAÇÃO DE REVISÃO GRAMATICAL

Eu, Antônia Noélia Lopes Rocha, professora graduada em Letras, com Habilitação em Língua Portuguesa, portadora de registro funcional do magistério - SeducCe n.º 620078 – 18, declaro para os devidos fins e efeitos, bem como fazer prova junto à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, que fiz a revisão gramatical de acordo com as normas técnicas vigentes, da Dissertação intitulada **" Ensino da Gramática Normativa: do caminho conflituoso entre linguistas e conservadores ao perfil acadêmico nos cursos de Língua Portuguesa ",** de autoria do mestrando Luiz Edilson Frota Filho.

Por ser verdade, firmo a presente declaração:

Sobral – Ceará – Brasil, 4 de abril de 2014.

Antônia Noélia Lopes Rocha

Professora

Matrícula n.º 620078 - 18